

Oposição insiste em ouvir Dilma sobre cartões

Para senadores, ministra-chefe da Casa Civil deve explicar vazamento de dados sobre gastos de FHC.

PÁGINAS 14 E 15



Marisa Serrano preside a CPI dos Cartões Corporativos, que já rejeitou quatro requerimentos de convocação de Dilma Rousseff

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.774/166 – Brasília, 31 de março a 6 de abril de 2008

EDIÇÃO SEMANAL

Um conselho de defesa para América do Sul

Vários países começam a discutir a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa. A proposta já foi apresentada por Lula à secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice.

PÁGINAS 8 E 9

Crise mundial encontra um Brasil mais forte

A crise do sistema financeiro norte-americano não impediu a fusão da Bolsa de Valores de São Paulo e a Bolsa de Mercadorias e Futuros, um negócio de

US\$ 20 bi. Em entrevista, o senador Aloizio Mercadante diz que a economia brasileira, por crescer de forma consistente, está mais protegida das turbulências internacionais.

PÁGINAS 10 E 11

cidadania

Conheça os riscos antes de fazer uma cirurgia plástica

Os riscos da cirurgia plástica são iguais aos de qualquer outro procedimento cirúrgico. As precauções, portanto, devem ser as mesmas. O *Especial Cidadania* desta edição mostra como evitar os problemas mais comuns e o que fazer em caso de suspeita de erro médico.

PÁGINA 20

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

Congresso e governo buscam acordo para dívida de R\$ 87 bi



MARCOS VERGUEIRO/SECOM-MT

Dos R\$ 18 bi da dívida rural já vencida que o governo concorda em negociar, menos de 8% são de agricultor familiar

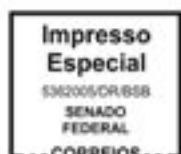
PÁGINAS 6 E 7

CPI vai usar investigação da PF sobre pedofilia

PÁGINA 13

Mulher: espancamentos atingem 2 mi a cada ano

PÁGINA 12



endagendagendagendagendagendagendaagendaendaendagendae

Cinco MPs trancam a pauta do Plenário

O Senado tem sessão deliberativa ordinária nesta terça-feira, às 14h, para votar 66 matérias. Continuam com prioridade para votação cinco medidas provisórias, três delas transformadas em projetos de lei de conversão.

O primeiro item da pauta é a MP 400/07, que abre crédito extraordinário para a Presidência da República e o Ministério da Saúde no valor global de R\$ 50 milhões. Desse total, R\$ 30 milhões são destinados ao Fundo Nacional de Saúde e os outros R\$ 20 milhões possibilitam aporte de recursos à Empresa

Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil.

Em seguida vem a votação do PLV 4/08, proveniente da MP 401/07, que estabelece a gratificação mensal, no valor de R\$ 351,49, para militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

A MP 402/07 – terceiro item da pauta – abre crédito extraordinário para os ministérios de Minas e Energia, Saúde, Transportes, Integração Nacional e Cidades, que deverão receber recursos de R\$ 1,646 bilhão.

Já o PLV 5/08, proveniente da MP 403/07, estabelece regras

para o exercício da atividade de franquia postal por empresas privadas. Último item com prioridade na pauta, o PLV 6/08, proveniente da MP 404-B/07, altera a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social.

Se a pauta for desbloqueada, poderão ser votadas três propostas de emenda à Constituição (PECs 38/04, 50/06 e 86/07) que estabelecem voto aberto para a decretação de perda de mandato de parlamentar e outras deliberações do Congresso. As três deverão ser votadas em primeiro turno.

Senado vota pedido de informações contra OAS

Nesta terça-feira deverá ser votado requerimento solicitando informações ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre processos que envolvem a construtora OAS.

A solicitação é de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e pede esclarecimentos sobre os processos a partir de 2002, concluídos ou em andamento, que envolvem a OAS, uma indústria da construção que atua nos setores público, privado e de concessões. O sócio majoritário da construtora é o empresário César Mata Pires, casado com Tereza Helena Magalhães Mata Pires, irmã do senador.

No dia 11 de março, o apartamento, em Salvador, onde reside a viúva do ex-senador Antonio Carlos Magalhães foi invadido por determinação da



Antonio Carlos Júnior pede informações sobre processos envolvendo a construtora OAS

juíza substituta da 14ª Vara de Família, Fabiana Pellegrino.

A ação que resultou na invasão foi movida por Tereza, e seu marido é tido como mentor do processo. Ela pediu à 14ª Vara de Família o inventário dos bens de Antonio Carlos Magalhães,

que estão em posse da viúva. Durante as quase seis horas em que advogados da empreiteira, oficiais de Justiça e PMs vasculharam o lugar, nenhum membro da família ou empregado esteve na residência.

A família de Antonio Carlos Magalhães classificou a invasão como um ato de violação de privacidade e propriedade. Em texto divulgado à imprensa criticou ainda a forma de condução do caso pela Justiça e pelo governo do estado, que teriam permitido que servidores das duas instituições fossem ao local em carros de propriedade da OAS, parte interessada no processo. Nesse mesmo dia, senadores fizeram pronunciamentos no Plenário condenando a invasão do apartamento da família.

Mais prazo para município elaborar seu plano diretor

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou a proposta que prorroga, até 30 de junho, o prazo para elaboração dos planos diretores das cidades com mais de 20 mil habitantes. A matéria (PLS 93/06), de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o relator, Gim Argello (PTB-DF), 25% dos municípios incluídos na exigência – prevista no Estatuto das Cidades – ainda não concluíram seus planos, embora o prazo inicial tenha se encerrado em outubro de 2006. A CDR também aprovou outro parecer favorável de Gim Argello, apresentado ao PLS 358/07, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que cria área de livre comércio em Santana do Livra-



Gim diz que 25% das cidades com mais de 20 mil habitantes estão atrasadas

mento (RS). A proposta segue para a CAE.

Já a Comissão Serviços de Infra-Estrutura (CI) decidiu convidar o ministro das Cidades, Márcio Fortes, para discutir as propostas do governo destinadas a melhorar o trânsito nos grandes centros urbanos. Em data a ser marcada, o ministro deverá falar ainda sobre a política nacional para o transporte público.

Novas regras para suplente de senador serão votadas

A votação de sete propostas de emenda à Constituição que estabelecem novas regras para a suplência de senador – relatadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por Demostenes Torres (DEM-GO) – foi marcada para esta quinta-feira pelo presidente do colegiado, Marco Maciel (DEM-PE).

Hoje, dentre os 81 senadores em exercício, 13 são suplentes.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que as propostas reunidas no relatório de Demostenes embaralhariam ainda mais o atual quadro. Por isso, propôs a adoção de apenas um suplente, do mesmo partido político do

aspirante ao cargo de titular, que seria obrigado a se expor no horário eleitoral gratuito.

Demostenes reconheceu que a aprovação do seu relatório será difícil, mas admitiu a existência de um consenso em torno de algumas questões, como a permissão para um senador eleito ocupar o cargo de ministro. Nesse caso, o suplente assumiria a vaga de senador. O texto proíbe o titular de ocupar secretarias estaduais ou o cargo de vice-governador.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), no entanto, informou que não integra esse consenso e se disse contrário à ida de senadores para quaisquer cargos.

Comissões

Terça-feira

9h30 – CPI DOS CARTÕES CORPORATIVOS

Decisões – A comissão se reúne para votar requerimentos.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Folga – Na pauta de dez itens, projeto que permite ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração, e proposta que inclui o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra.

11h – EDUCAÇÃO

Programa de crédito – O primeiro item a ser examinado é o projeto que institui o Programa de Crédito Educativo para estudantes de programas de pós-graduação. Ainda na pauta, projeto que institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Boleto – Entre os projetos em pauta está o que considera abusiva cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão de carnê de pagamento ou de boleto bancário. Após a

reunião, a subcomissão temporária da crise ambiental na Amazônia e a que acompanha as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água elegem seus presidentes e vices.

14h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Audiência – Debate busca instruir a PEC que institui o sistema parlamentar de governo. Entre os convidados estão os cientistas políticos Octaciano Noqueira e Antônio Octávio Cintra.

14h – CPI da PEDOFILIA

Primeiras decisões – A comissão realiza reunião administrativa para

votação de requerimentos.

14h – CPI das ONGs

Investigações – A comissão examina vários requerimentos.

Quarta-feira

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Finatec – Audiência pública sobre o uso irregular de recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) que deveriam ter sido destinados a pesquisas. Os convidados são o ex-presidente do Conselho Superior da Finatec Antônio Manoel Dias Henriques e o ex-presi-

dente do Conselho Fiscal da fundação Nelson Martin.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Propaganda eleitoral – Na pauta com 19 itens, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos candidatos que respondem a processos criminais e de quebra de decoro parlamentar. Outro projeto, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), autoriza a instalação de salas de aulas nos presídios.

11h – AGRICULTURA

Produto sem imposto – Entre os cinco itens da pauta, projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos e equipamentos utilizados na produção de leite.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Economistas – A comissão realiza audiência pública para debater e instruir o projeto (PLS 658/07) que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de economista. Entre os convidados, o presidente do Conselho Federal de Economia, Pedro Calmon Pepeu Garcia Viera Santana, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo César Britto Aragão.

Plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Hora do expediente – Votação de requerimento do senador Antonio Carlos Júnior solicitando

informações ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre processos que envolvam a construtora OAS.

Ordem do dia – A pauta está trancada por três projetos de lei de conversão de medidas provisórias e duas MPs. O primeiro item é a MP 400/07, que abriu crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde no valor de R\$ 50 milhões.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

PLENÁRIO

Senado aprova indicação de Gilmar Mendes para CNJ

O Senado aprovou na terça-feira, por 60 votos a zero – a unanimidade em Plenário –, o nome do ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, para ocupar o cargo de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no lugar da ministra Ellen Gracie Northfleet. Ao ser sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no dia 19, Gilmar Mendes defendeu o aperfeiçoamento do controle externo do Judiciário pelo conselho, que foi criado com essa finalidade.

Em defesa da indicação do presidente do STF, os senadores Marco Maciel (DEM-PE),

presidente da CCJ, Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) ressaltaram o saber jurídico do ministro e destacaram sua luta, desde o governo Fernando Henrique, pela limitação da edição de medidas provisórias.

Foi aprovado ainda para conselheiro do CNJ, por unanimidade, o advogado Marcelo Rossi Nobre.

Em outra votação, o Plenário acolheu o nome de Sérgio Luís Canaes para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Arábia Saudita, cumulativamente com os cargos de embaixador no Iêmen e no Sultanato de Omã.

Sem votação no Plenário, MP 399 perde a validade

Por não ter sido votada pelo Senado até a noite de quinta-feira, perdeu validade a Medida Provisória 399/07, editada pelo presidente Lula para abrir créditos extraordinários de R\$ 456,6 milhões em favor da Presidência da República e dos ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e do Meio Ambiente. O governo tentou votar a MP na noite de quarta-feira, mas não conseguiu quórum para o exame da matéria.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que agora o Congresso terá de aprovar um decreto convalidando os créditos já utilizados.

– O que foi empenhado será

gasto. A parte que não foi empenhada não poderá mais ser gasta – explicou Jucá.

Durante a discussão da matéria, os líderes da oposição voltaram a argumentar que a abertura de crédito extraordinário via MP contraria a Constituição, prejudica a execução orçamentária e não atende aos pressupostos de relevância e urgência.

A MP 399/07 teve como relator-revisor o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que apresentou voto contrário à matéria, sob a alegação de que o governo tem abusado na edição das medidas provisórias e de que as despesas contidas na proposição poderiam ser previstas pelo Executivo.



Garibaldi Alves (D) preside sessão do Congresso; deputado Osmar Serraglio lê documento

Congresso mantém 74 vetos presidenciais

Depois de pouco mais de dois anos sem se reunir para deliberar sobre vetos presidenciais a proposições do Legislativo, o Congresso Nacional iniciou na quinta-feira o esforço para desafogar uma extensa lista de tarefas. Deputados e senadores debruçaram-se sobre uma cédula de votação com 74 itens vetados – todos considerados consensuais – em 19 projetos. Os congressistas mantiveram os vetos.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, que preside também o Congresso e incluiu a deliberação sobre os vetos entre as prioridades de seu mandato, fez a leitura de 15 novos vetos

encaminhados ao Legislativo pelo presidente da República. Garibaldi frisou que a Constituição determina que, uma vez lidos em Plenário, os vetos devem ser apreciados em 30 dias.

Além desses 15 novos vetos, o Congresso precisará apreciar cerca de 900 outros que ainda estão pendentes de deliberação. Dezenove itens da lista, que inclui matérias vetadas desde 1995, foram arquivados na sessão de quinta-feira por já terem perdido a validade.

Na seqüência, há outros itens mais polêmicos, como o veto à Emenda 3 ao projeto de lei que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Super-Recei-

ta). A emenda vetada proibia os auditores da Super-Receita de intervirem quando considerassem a contratação de profissionais como pessoas jurídicas uma manobra das empresas para encobrir relações de trabalho.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a votação dos vetos representa “uma conquista a ser creditada ao espírito democrático do presidente Garibaldi e à pressão e ao inconformismo das oposições”, além de constituir um “passo civilizatório”.

Valter Pereira (PMDB-MS) ressaltou que o Congresso “sai de um sono profundo, que parecia um estado comatoso”, foi “memorável”.

TRIBUTAÇÃO

Proposta de Dornelles institui o IVA Nacional

Na versão preliminar de relatório com sugestões de mudanças no sistema tributário brasileiro, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) sugere a criação do Imposto Nacional sobre Valor Adicionado (IVA Nacional), incluindo nele o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As receitas oriundas do tributo seriam partilhadas entre União, estados e Distrito Federal. A proposta foi apresentada pelo relator da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária na última quinta-feira.

A inclusão do ICMS na base ampla do IVA Nacional é uma das diferenças entre a proposta de Dornelles e a da reforma tributária, encaminhada pelo governo em fevereiro. A opção do Executivo preserva o ICMS, embora defenda a fusão das 27 legislações estaduais sobre o imposto.

O objetivo, disse Dornelles, é melhorar a qualidade da tributação – sobretudo com a simplificação do sistema – para reduzir os custos do cumprimento das obrigações fiscais indiretas que recaem sobre as empresas, classificadas de “custos invisíveis”. Para reduzi-los, ele propõe a fusão de vários tributos, acompanhada da extinção de diversas contribuições sociais. O IVA Nacional passaria a incorporar, entre outros, os seguintes tributos: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o salário-educação e o Programa de Integração Social (PIS).

Ainda no IVA Nacional, entrariam as receitas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o Fundo



Ao lado de Aloizio Mercadante (E) e Tasso Jereissati, Francisco Dornelles apresenta proposta à subcomissão temporária

Tecnológico para o Desenvolvimento das Telecomunicações (Funntel). O Imposto de Renda, por sua vez, incorporaria a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O senador também cria um único imposto sobre a propriedade imobiliária, atribuído aos municípios,

fundindo o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Territorial Rural (ITR).

A proposta foi elogiada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que preside a comissão, e pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

PSOL quer acabar com isenções que privilegiam ricos

O líder do PSOL no Senado, José Nery (PA), afirmou, em entrevista à Agência Senado, que o seu partido tem uma proposta alternativa à do governo para a reforma tributária. Ele protocolou a proposta do seu partido. Para o senador, o essencial é mudar o foco da tributação.

– Em vez de tributar o consumo e a renda dos trabalhadores, seria fundamental tributar o lucro das grandes empresas, do setor financeiro, das grandes fortunas e acabar com as isenções fiscais que privilegiam poderosos interesses econômicos – declarou José Nery.

Garibaldi Alves recebe a agenda da indústria para 2008

Durante solenidade na Confederação Nacional da Indústria (CNI), na última terça-feira, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu, com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, a Agenda Legislativa da Indústria para 2008. Trata-se de documento que lista 13 projetos de lei, além de proposta de emenda à Constituição referente à reforma tributária.

Garibaldi se disse desafiado pela reforma tributária que, para a indústria, promoverá a desoneração de investimentos e exportações.

Partidos divergem sobre comando do Orçamento

Quase todos os partidos na Câmara e no Senado indicaram na terça-feira os nomes de seus representantes na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para discutir e votar o Orçamento da União para 2009. Entretanto, não há acordo sobre os nomes que irão ocupar a presidência e a re-

latoria-geral do Orçamento.

Nos últimos anos, tem havido rodízio entre deputados e senadores dos maiores partidos na Câmara e no Senado para tais cargos. No ano passado, a presidência coube a um senador do PMDB e a relatoria a um deputado do PT. Pelo rodízio, a

presidência ficaria em 2008 com um deputado, a relatoria com um senador.

O problema surgiu porque o PT está reivindicando a relatoria para um de seus senadores, enquanto o PMDB da Câmara quer a presidência para um deputado do partido. O líder do PMDB no

Senado, Valdir Raupp (RO), não aceita que um petista ocupe a relatoria-geral.

– Vou indicar o senador Valter Pereira para o cargo de relator. O PT não pode exigir a relatoria por dois anos seguidos – afirmou.

Em 2008, o relator foi o deputado José Pimentel (PT-CE).

COMISSÕES Debates abordaram regulamentação da clonagem e falta de recursos para pesquisa de poços de petróleo



Rumpf (E), Wellington Salgado, Meirelles e Josankian defendem legalização de estudos não-oficiais

Lei para clonagem animal recebe apoio

Em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), representantes de entidades científicas e de criadores de gado defenderam a regulamentação da pesquisa e da produção de clones de animais no país.

O objetivo do debate, sugerido pelo senador João Tenório (PSDB-AL), foi instruir o projeto da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) sobre pesquisa, produção, comercialização, importação e liberação ao ambiente de clones de animais (PLS 73/07).

João Tenório, relator da proposta na CCT, afirmou que o Brasil está na vanguarda da pes-

quisa em clonagem de animais e, por isso, o projeto pode garantir a propriedade intelectual aos pesquisadores.

Os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Augusto Botelho (PT-RR) também destacaram a importância da proposta de regulamentação da clonagem.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Flávio Meirelles ressaltou que o objetivo da clonagem é o melhoramento genético dos animais. Até o momento, disse, ninguém consome carne de animal clonado porque os custos ainda são muito altos.

O superintendente técnico da

Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, Luiz Antônio Josankian, afirmou que a regulamentação da pesquisa é importante porque criará um ambiente legal para os estudos que são feitos hoje sem reconhecimento oficial. O representante da Associação Brasileira de Santa Inês de Alagoas Joselito Araújo Barbosa, especialista em clonagem de ovinos, entende que, com esse passo, será possível melhorar a produtividade.

Para o pesquisador de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa Rodolfo Rumpf, uma lei é importante para assegurar *status* legal à pesquisa brasileira no âmbito internacional.

Autorização para pesquisas por órgãos públicos

O projeto da senadora Kátia Abreu que regulamenta a pesquisa, produção, importação, liberação no meio ambiente e comercialização de clones de mamíferos, peixes, anfíbios, répteis e aves, determina que caberão ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o registro e a fiscalização de instituições que produzam clones para a pecuária.

Pela proposta (PLS 73/07), após o recebimento da documentação, o órgão terá 30 dias

para efetuar o registro. No caso de pesquisas com clones de animais para a produção de fármacos, a proposição determina a obrigatoriedade de autorização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Já para a clonagem de mamíferos geneticamente modificados, o projeto sugere que a autorização seja feita pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). E, quando se tratar de animais silvestres, o registro e a fisca-

lização da atividade estarão a cargo do Ibama.

Kátia Abreu argumenta que a clonagem já é realizada no país, sendo urgente, portanto, a regulamentação da atividade.

O projeto também prevê punição para o não-cumprimento das regras, como pena de até dois anos de prisão para quem clonar sem o registro no órgão competente e de até quatro anos para a liberação, no meio ambiente, de animais clonados sem a devida autorização.

CDH promove debate sobre paz continental e mundial

“Na era da globalização, a paz está vinculada à soberania nacional e à autodeterminação dos povos.” A afirmação foi feita pelo diretor do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz Rubens Diniz na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que discutiu “a luta pela paz e defesa da soberania das nações”. Diniz afirmou que, hoje, a guerra só interessa às grandes potências como forma de manutenção do *status quo* perante outras nações, o que vem sendo cada vez mais contestado. Ele defendeu a instituição de um conselho de defesa sul-americano e o fortalecimento do Mercosul para evitar agressões no continente.

A CDH também aprovou, a pedido do presidente, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o envio de representantes à Conferência Mundial pela Paz, em Caracas, em abril.

País investe pouco em pesquisa de petróleo e gás

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, reconheceu na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que o país investe muito pouco em estudos para pesquisa e identificação de novas reservas de petróleo e gás natural. Segundo informou, a ANP gasta por ano entre R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões, enquanto o necessário, conforme observou, seriam R\$ 2 bilhões. E para chegarem aos cofres da ANP, disse, os recursos têm que estar previstos no Orçamento da União.

O senador Eliseu Resende (DEM-MG) classificou o fato de “pecado mortal”. E propôs que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, esclareça à CI a falta de recursos da ANP. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) defendeu a autonomia financeira e administrativa das agências reguladoras. Para ele, a escassez de recursos das agências não faz sentido, especialmente com relação à ANP, que tem por meta descobrir novas jazidas de petróleo e gás.

Depoente nega gastos com mobiliário de luxo

O presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), Antônio Manoel Henriques, negou que tenha sido o responsável pela liberação de recursos públicos da instituição para mobiliar luxuosamente o apartamento funcional ocupado pelo reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais, a CPI das ONGs, ele disse que a liberação de recursos cabe ao diretor-presidente e ao diretor-financeiro da fundação.

– Entendo que os recursos poderiam ter sido mais bem aplicados, mas não tenho atribuição executiva. A questão do apartamento nunca foi ao Conselho Superior – alegou.

Em resposta ao relator da CPI, Inácio Arruda (PCdoB-CE), Henriques admitiu que desenvolve projetos para órgãos públicos, mas negou que os tenha terceirizado para beneficiar empresas privadas

ou gestores públicos.

Inácio Arruda lembrou que a principal denúncia contra a Finatec, que está sendo investigada pelo Ministério Público, é a de ter se desviado de suas funções para se tornar uma intermediadora de interesses de empresas privadas para driblar a necessidade de licitação.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do pedido de convocação de Henriques à CPI, registrou que não há aprovação das contas da fundação desde 1999.

Heráclito Fortes (DEM-PI) propôs uma acareação entre o depoente e o promotor de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho, que afirmou na CPI que não via sentido na existência dessas fundações de apoio, nas quais são constatados problemas. O presidente da CPI, Raimundo Colombo (DEM-SC), disse que vai estudar como realizar a acareação.

O outro depoente do dia, o diretor-executivo da Editora Universidade de Brasília, Alexandre Lima, comunicou que não compareceria à reunião, alegando problemas de saúde.

Conselheiro da Finatec não permite quebra de sigilos

Ao final de seu depoimento à CPI, Antônio Manoel Henriques se recusou a assinar autorização para a quebra de seu sigilo bancário e telefônico. O pedido fora feito pelo senador Alvaro Dias.

Os membros da CPI também queriam esclarecimentos a respeito do processo movido contra a Finatec pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDF), que desde 1999 não aprova as contas da fundação e ainda a acusa de desvio de função, ao ser utilizada – segundo o MP – como intermediária para burlar a legislação de licitação.

Os senadores fizeram várias perguntas a respeito de contratos assinados entre a Finatec e órgãos públicos, mas que, em muitos casos, foram realizados por empresas privadas contratadas por terceirização.

Afastado de suas funções na fundação, por conta de intervenção judicial, Henriques não soube responder a várias perguntas. Afirmou,

no entanto, que entre 2001 e 2005 a Finatec executou 2.400 projetos com órgãos públicos e privados.

Diante da falta de respostas, o presidente da CPI, Raimundo Colombo, bem como o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), anunciaram que vão providenciar requerimentos específicos para obter informações a respeito de contratos assinados pela instituição.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) chegou a dizer que o depoimento do representante da Finatec, por falta de informações, “não estava exaurido”. “Não vamos permitir que respostas fiquem no ar”, assinalou.

Heráclito Fortes criticou a relação entre Finatec e órgãos públicos para permitir a contratação de empresas privadas sem licitação pública.

José Agripino (DEM-RN) observou que, pelo que parece, a Finatec era o elemento quebrador de concorrências públicas”.



Presidente afastado do Conselho da Finatec, Henriques diz que entidade não funciona como intermediadora de contratos

COMISSÕES

Contribuição ao INSS pode ser retomada sem juros

O contribuinte sem recursos para cobrir o valor mínimo exigido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não sofrerá cobrança de encargos por recolher a contribuição previdenciária fora do prazo. A proposta (PLS 493/07), aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), é de Arthur Virgílio (PSDB-AM), e, segundo o relator, Adelmir Santana (DEM-DF), procura “corrigir a injustiça de cobrar encargos em face de uma imposição de ordem administrativa, que é o valor mínimo de recolhimento mensal aceito pelo INSS”. Mantida a regra atual, os trabalhadores de menor remuneração e os pequenos prestadores de serviço continuarão a pagar juros sem qualquer chance

de defesa, observou.

Arthur Virgílio afirma que não é justo cobrar encargos de quem não pagou as contribuições previdenciárias porque não tinha condição de fazê-lo. Hoje, se o contribuinte individual esperar obter ganhos suficientes para recolher o valor mínimo exigido pelo INSS, ele é obrigado a pagar encargos pelo período que deixou de fazer esse recolhimento. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CAS aprovou também pedido da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) para realização de audiência pública sobre capacitação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho.

Exame preventivo deve se tornar obrigatório

A obrigatoriedade de realização de exames preventivos de vista e audição nos alunos dos estabelecimentos públicos de ensino fundamental, prevista em projeto da Câmara dos Deputados (PLC 52/03), foi acolhida pela Comissão de Assuntos Sociais na última quarta-feira. A proposta exige exames para detecção de problemas em recém-nascidos e crianças em idade escolar. Antes

de voltar à Câmara, a matéria será examinada pela Comissão de Educação e pelo Plenário.

Para o relator, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), é urgente haver programas de registro, controle e assistência integral a portadores de doenças como fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística e hemoglobinopatias, especialmente no caso de crianças em idade escolar.

Projeto garante serviço personalizado a consumidor

Os serviços ao consumidor que funcionam por meios eletrônicos – como centrais telefônicas (*call centers*), correio de voz e internet – também deverão garantir atendimento personalizado, seja por acesso imediato ou pré-agendado, nesse caso em até 48 horas. De autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto de lei (PLS 542/07) que trata do assunto, aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), pretende humanizar o atendimento com a

vedação a serviços de atendimento baseados apenas em comandos mecanizados, normalmente por meio de voz.

O relatório teve parecer favorável de Cícero Lucena (PSDB-PB) e dispõe que o atendimento personalizado será garantido no primeiro contato mantido entre o consumidor e o serviço de atendimento.

O projeto vai ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão terminativa.

Papaléo pede mais três debates sobre a situação da saúde

A regulamentação da Emenda Constitucional 29, que assegura recursos mínimos para a saúde; e as ações governamentais de controle de epidemias e o andamento do programa Mais Saúde são os temas de três audiências públicas pedidas pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP) e aprovadas pela Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde, no âmbito da CAS. O debate sobre a Emenda 29 deve contar com os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Fazenda, Guido Mantega, e com os presidentes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass).

Subcomissões para debater Amazônia e fórum na Turquia

A crise ambiental na Amazônia e o 5º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, na Turquia, em março de 2009, são assuntos de duas subcomissões temporárias criadas pela CMA. A iniciativa é dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Sibá Machado (PT-AC). A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deve participar de debate na subcomissão sobre a Amazônia. Também estão convidados o diretor-geral da Polícia Federal, Luís Fernando Corrêa; o presidente do Ibama, Bazileu Margarido Neto; o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; e o presidente do Inbra, Rolf Hackbart.



Senadores durante a reunião da CCJ que tratou das normas relacionadas a presos de alta periculosidade

Segurança máxima ganhará novas regras

A detenção de presos e sua transferência para prisões federais de segurança máxima podem ter novas regras, definidas em projeto (PLC 9/08) do Executivo aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apresentado em maio do ano passado, o texto foi acolhido pela Câmara dos Deputados no final de 2007 e agora segue ao exame do Plenário do Senado. Para a relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a legislação “carece de regras que regulem o recolhimento de presos aos estabelecimentos penais federais”. Além disso, diz, o projeto aperfeiçoa a Lei dos Crimes

Hediondos (Lei 8.072/90), que determina que “a União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública”.

A proposta prevê que os presos serão recolhidos nesse tipo de presídio por interesse da segurança pública ou do próprio condenado. Poderão requerer a transferência o Ministério Público, a autoridade administrativa e o próprio preso.

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) anunciou que apre-

sentará uma emenda de redação ao projeto. Ele se disse preocupado com um dos dispositivos, que poderia ser mal interpretado, como se o preso não pudesse permanecer mais do que dois anos consecutivos nos estabelecimentos federais de segurança máxima. Demostenes disse que um representante do Ministério da Justiça lhe explicou que tal risco não existe. Mesmo assim o senador apresentará a emenda “para garantir que não haja limites ao prazo de permanência do preso naquelas prisões”.

A requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o projeto passa a tramitar em regime de urgência.

TRT de Mato Grosso terá 72 novos servidores

A criação de novos cargos para o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, em Mato Grosso, foi aprovada pela CCJ e segue ao Plenário. O projeto de lei da Câmara (PLC 122/07) cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e cargos em funções comissionadas.

Além do relator, José Agripino (DEM-RN), Jayme Campos (DEM-MT) também defendeu a criação dos novos cargos. No dia 12 de março, Jefferson Péres (PDT-AM) havia pedido vista do projeto, afirmando que queria

mais esclarecimentos. Na última quarta-feira, o senador declarou que recebeu a visita do presidente do tribunal, que lhe deu “explicações satisfatórias” sobre a criação desses cargos.

A proposta, apresentada pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2003 e aprovada pelo Poder Executivo, prevê a criação de 23 cargos de provimento efetivo, sendo nove de analista judiciário (nível superior) e 14 de técnico judiciário (nível médio), três cargos em comissão e 32 cargos em funções comissionadas.

CCJ pode dispensar exame sobre leis inconstitucionais

As decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade de determinadas leis poderão se tornar definitivas, eliminando-se a exigência de serem submetidas ao Senado por meio dos chamados ofícios S. Essa possibilidade começa a ser analisada nesta semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em resposta a sugestão do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

– Trata-se de uma formalidade inútil, que só entulha ainda mais a CCJ – resume o senador.

De acordo com o artigo 52, inciso X, da Constituição federal, que trata das atribuições do Senado, compete à Casa, por meio da CCJ, suspender a execução total ou parcial de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva da Suprema Corte.

O presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), considera a questão controversa e solicitou um debate ampliado, que, segundo ele, poderá contar com o ministro Gilmar Mendes, que assume a presidência do STF no dia 23 de abril.

Embaixadores para El Salvador, Polônia e Marrocos

Três mensagens presidenciais com indicações para o cargo de embaixadores foram aprovadas na última quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Virgílio Moretzsohn de Andrade deve servir na embaixada de Marrocos. Luiz Felipe Mendonça Filho em El Salvador. E Carlos Alberto Simas Magalhães na embaixada da Polônia. As indicações seguem para o Plenário.

ACM Júnior quer atualizar regras para rádio e TV

A outorga, a renovação de concessões e as permissões para emissoras de rádio e televisão precisam ter as regras atualizadas, afirmou o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) na quarta-feira passada. Ele pediu o apoio da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) à proposta que apresentou (PRS 11/08). O presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), antecipou que o relator do projeto será Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

CRISE NO CAMPO Três ministros discutem com parlamentares proposta para renegociar débitos de R\$ 56,2 bilhões



Parlamentares, ruralistas e representantes do governo se reuniram para discutir a dívida agrícola

Congresso e governo negociam dívida rural

Depois de três meses, o governo apresentou, na terça-feira passada, a parlamentares e representantes do setor agrícola as propostas para a renegociação de débitos da agricultura brasileira, que somam, até junho de 2006, R\$ 87,7 bilhões. Os ruralistas consideraram que o plano atende apenas parte das suas reivindicações, por isso fizeram uma contraproposta. Nesta segunda-feira, se reúnem para uma nova discussão com os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Na terça-feira, as comissões de Agricultura do Senado e da Câmara dos Deputados realizaram audiência pública e vigília com mais de mil produtores. No

mesmo dia, o governo apresentou uma proposta preliminar em que acenava com uma renegociação de R\$ 56,2 bilhões, entre valores vencidos e a vencer, estendendo os benefícios para 2,15 milhões de contratos.

Desse total, R\$ 18 bilhões são débitos vencidos (inadimplentes), em sua esmagadora maioria da chamada agricultura empresarial (308,1 mil contratos, totalizando R\$ 16,63 bilhões). Menos de 8% são relativos aos 611,4 mil contratos de produtores familiares e assentados, que juntos têm R\$ 1,34 bilhão de débitos vencidos.

As medidas abrangem a redução dos encargos por atraso incidentes sobre o saldo devedor vencido, a diluição do saldo devedor vencido nas parcelas ainda a vencer, a concessão de prazo adicional para pagamento das dívidas de alguns

programas, a redução das taxas de juros das operações com encargos mais elevados e descontos para a liquidação das operações antigas com risco da União, entre outros itens.

O diretor do Departamento de Economia do Ministério da Agricultura, Wilson Vaz Araújo, afirma que a intenção do governo é trazer o maior número possível de devedores para a adimplência, com a criação de "bônus" e descontos adicionais com efeito em cascata.

Para o ministro Stephanes, as negociações andam em bom ritmo. O governo já sinalizou que poderá atender ao pedido para o prazo de carência de um ano e melhorar os benefícios para as regiões mais prejudicadas pela crise iniciada na agricultura em 2004. Além disso, admite repensar as propostas para os passivos que constam da dívida ativa da União e dos fundos constitucionais que atendem às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Análise da bancada ruralista sobre pontos da proposta do Executivo

A. Operações de crédito rural efetuadas nos anos 80 e 90. Saldo devedor: R\$ 27,38 bilhões

- Não foi proposta pelo governo carência para as parcelas com vencimento em 2008;
- para a Securitização I e II (contratos até R\$ 200 mil), os descontos para liquidação antecipada da dívida para os saldos acima de R\$ 100 mil não são significativos para que haja interesse do produtor em liquidar o débito;
- a substituição da taxa Selic pelo IPCA + juros de 6% ao ano ainda é considerada onerosa;
- no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), para contratos acima de R\$ 200 mil, não há desconto para liquidação antecipada da dívida;
- no Programa de Revitalização do Setor Cooperativo (Recoop), os juros ainda são elevados;
- a atualização das parcelas vencidas do Funcafé e para o Pro-

grama de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana com IPC-A + juros de 6% ao ano onera custos;
- para a lavoura cacaueira baiana, a liquidação antecipada foi estabelecida em patamares insuficientes para estimular sua liquidação para dívidas acima de R\$ 50 mil.

B. Operações de crédito de custeio rural. Saldo devedor: R\$ 10,51 bilhões

- Oferece proposta apenas para R\$ 1,457 bilhão do total, excluindo os R\$ 9,10 bilhões restantes;
- a redução na taxa de juros para 10,5% ao ano é pequena e incompatível com a atividade financiada, já que as operações novas estão com encargos limitados a 6,75% ao ano;
- são dívidas prorrogadas em decorrência de estiagens e adversidades climáticas, preços etc., reconhecida pelo poder público;

- não foram estabelecidos prazos e condições de acordo com a capacidade de pagamento e especificidades de cada atividade e região.

C. Operações de investimento e comercialização. Saldo devedor: R\$ 17,36 bilhões

- Trata apenas de três programas: Finame Especial, Moderfrota e FAT Integrar - R\$ 10,495 bilhões. Exclui os restantes R\$ 6,871 bilhões;
- a redução na taxa de juros para 9,5% a 10,5% ao ano é pequena e incompatível com a atividade financiada.

D. Operações de crédito com recursos dos fundos constitucionais. Saldo devedor: R\$ 12 bilhões

- Abre novo prazo para renegociação ao amparo da Lei 11.322/06, que é complexa e

Novo prazo de carência pode recapitalizar o setor

Para os parlamentares da chamada bancada ruralista, quatro pontos essenciais não foram devidamente contemplados na proposta do Executivo. O primeiro é a definição de um prazo de carência.

Com a descapitalização de safras passadas, os produtores dizem não ter condições de sanar dívidas antigas e atuais e, por isso, pedem no mínimo um ano de prazo para voltarem a pagar. O governo já acenou ser favorável a esse item.

A segunda reivindicação é o alongamento do prazo para pagamento pelos próximos 17 anos. O grande temor são R\$ 40 bilhões da dívida que vencem nos próximos quatro anos.

– Mais de 50% da dívida rural no Brasil vence até 2011. Usar o mesmo conceito lá da securitização, onde se alonga até 2025,

significa dar condições para que o produtor possa honrar o pagamento e recuperar o fundamental em qualquer atividade econômica, que é capitalizar-se, poder acumular recurso para enfrentar o processo da atividade econômica – diz o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

O setor também pede uma taxa de juros de no máximo 4% ao ano, sem qualquer indexador, que o governo faça uma depuração justa das dívidas e que o crédito rural seja considerado como dívida rural e não fiscal.

– Se o governo fizer uma negociação apertando demais, dentro de um ano será necessário sentar à mesa novamente para conversar – expõe Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Débitos até 2025 já somam quase R\$ 88 bilhões

As operações de crédito rural que devem ser pagas até 2025 incluem dívidas dos anos 80 e 90 e renegociadas, contratos de custeio, de investimento e comercialização, recursos dos fundos constitucionais e débitos já inscritos na dívida ativa. No total, são R\$ 74,36 bilhões da agricultura empresarial, além de R\$ 13,4 bilhões dos programas de agricultura familiar.

Mais de 90% da dívida empresarial envolve sete culturas (algodão, arroz, café, feijão, milho, soja e trigo), especialmente de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e nordeste da Bahia. O faturamento bruto dessas culturas é de R\$ 74 bilhões ao ano.

Representante do estado maior



Gilberto Goellner lembra que produtor de soja antecipou venda da safra e teve prejuízos

produtor de grãos, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) enfatiza que cerca de 70% da safra de soja local acabaram sendo comercializados antes da colheita por valor muito mais baixo do atualmente praticado.

– Os produtores comprometeram suas safras para poder plantar, comprar insumos e sementes. Receberam R\$ 20 por saca que hoje está sendo vendida a R\$ 40. Perderam seus lucros e muitos já quebraram – completa Goellner.

O QUE PEDEM OS PRODUTORES

- 1 Redução das taxas de juros: determinar taxas compatíveis com a rentabilidade do setor, de no máximo 4% ao ano, sem indexadores.
- 2 Prazo para pagamento: amortização de até 17 anos, considerando o comprometimento máximo anual de 5% da produção bruta.
- 3 Saldo da dívida: depuração justa

das dívidas, incluindo a rediscussão de todos os programas de crédito rural, renegociados anteriormente ou não, sub judice ou não, com risco da União e do setor privado.

- 4 Prazo de carência: rentabilidade atual exige que seja estabelecido pelo menos um ano para o início do pagamento do saldo renegociado.

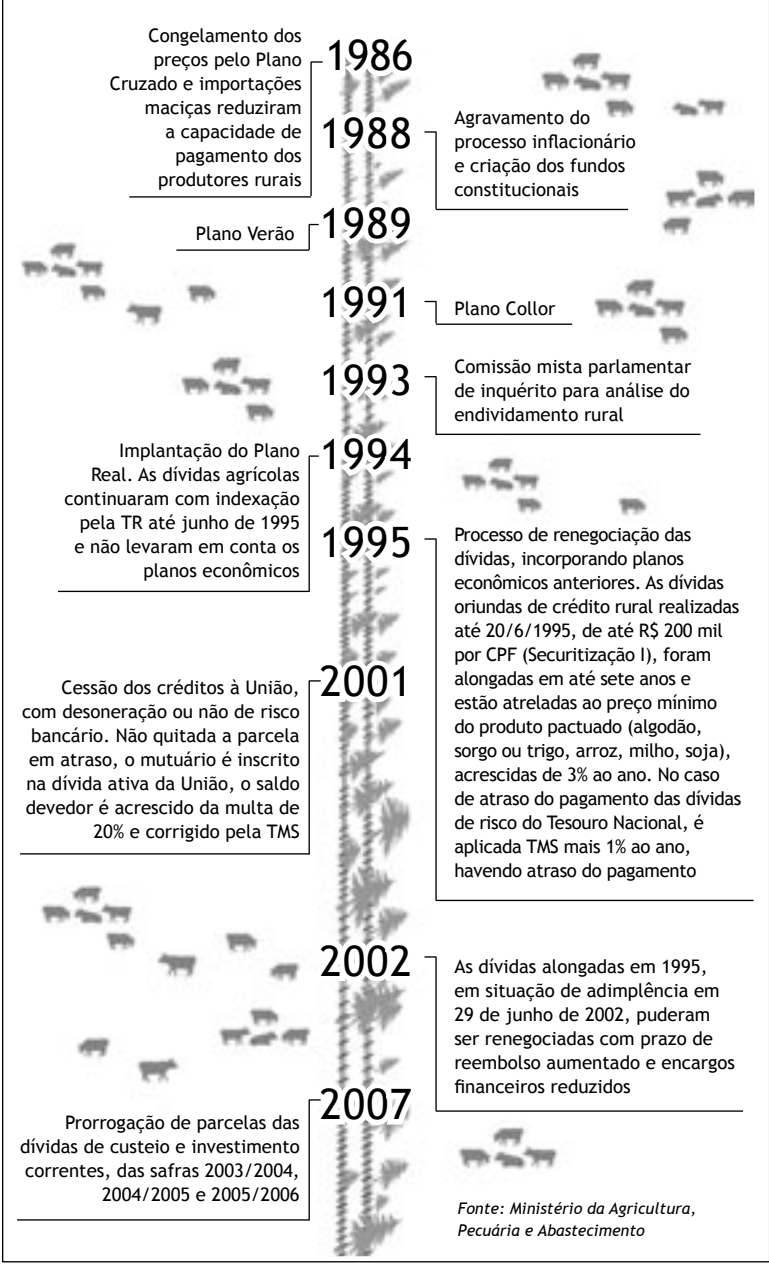
CRISE NO CAMPO Renegociação das dívidas em 1995 apenas mascarou problema estrutural que castiga setor agrícola



Protesto de produtores bloqueia estrada: incentivados a plantar e adquirir equipamentos, agricultores acabaram sufocados por empréstimos com juros elevados

GUILHERME FILHO/SECOM-MT

Linha do tempo da dívida rural



Impasse se arrasta há mais de duas décadas

Se fossem incluídas operações de crédito novas, a dívida agrícola ultrapassaria hoje a casa dos R\$ 130 bilhões. Esse é o retrato de uma história que se arrasta há mais de duas décadas, agravada por planos econômicos, variações cambiais, perdas por fortes mudanças climáticas, entre outras situações.

A primeira renegociação das dívidas rurais aconteceu com a Lei 9.138/95, que securitizou os passivos rurais acumulados ainda na década de 1980. Os problemas do setor foram agravados por diversos planos econômicos fracassados.

Em 1986, por exemplo, houve o congelamento dos preços pelo Plano Cruzado e o crescimento das importações dificultou a capacidade dos produtores rurais de pagarem suas dívidas. Seguiram-se os planos Verão (1989) e Collor (1991), mas a inflação manteve-se fora de controle.

Quatro anos após de uma renegociação das dívidas, em 1995, já na vigência do Plano Real (1994), a agricultura foi bastante atingida com a queda dos preços das commodities em todo o mundo. Com

a adoção de um câmbio flutuante, o setor agrícola brasileiro ficou mais vulnerável às oscilações do mercado internacional.

Apesar das cotações em queda, a moeda desvalorizada compensou a pressão sobre os preços no mercado externo.

Os produtores foram estimulados a aumentar a área plantada e investir em máquinas. Um dos instrumentos foi o programa Moderfrota, com juros de até 14,75% ao ano. Dois anos depois, a agricultura viveu um período de auge, quando os preços internacionais alcançaram marcas históricas. O país colheu safras recordes, colaborando para um grande salto da balança comercial.

Já em 2004, a crise veio com o significativo aumento dos custos de produção e queda dos preços. Os recursos do crédito rural foram divididos para uma maior quantidade de produtores, por isso alguns recorreram a bancos privados na safra 2004/2005.

Os preços da soja e do milho

caíram 30% e 40%, o excesso de chuvas castigou o feijão no Centro-Oeste, enquanto no Sul a forte seca causou perdas de até 80% em algumas lavouras. No geral, perdas de R\$ 10 bilhões.

Na safra seguinte, mais endividamento, redução da área plantada e queda da produção para R\$ 166,4 bilhões – R\$ 27,6 bilhões a menos que 2004. A situação levou ao “tratoção” de junho em Brasília, com 25 mil produtores cobrando renegociação de dívidas antigas, prorrogação das parcelas de custeio e investimento de 2004/2005, implantação do seguro agrícola e proibição de importação de grãos.

Apesar de o governo ter lançado um pacote de medidas em 2006, o setor ainda registrou perdas de R\$ 30 bilhões. Já o ano passado registrou melhora do cenário agrícola, em especial para a soja, que teve elevação dos preços. O governo prorrogou as parcelas das dívidas de custeio e investimento desde a safra de 2003/2004.

Série de planos econômicos e oscilações de preços afetaram saúde do setor

Produtor vive, hoje, de plantar e pagar dívidas

Chuvas abaixo da média há pelo menos quatro anos quebraram parte dos produtores de arroz no Rio Grande do Sul, um dos principais estados produtores, que tem sido bastante prejudicado pelas variações climáticas.

Renato Borges de Souza planta 50 hectares de arroz irrigado em Formigueiro (RS), com rendimento bruto de R\$ 120 mil/ano. Para 2008, ele precisa quitar R\$ 80 mil de crédito para custeio.

– Vão me restar R\$ 40 mil brutos para sustentar a família e plantar novamente, com um maquinário obsoleto. Não temos como investir

na atividade, ficamos ano após ano tentando sobreviver – diz Renato Souza.

Do outro lado do país, no sul da Bahia, os produtores de cacau viram a produção de 400 mil toneladas/safra na década de 1980 ser reduzida aos atuais 98 mil, prejudicada principalmente pela praga da vassoura-de-bruxa.

– Há 17 anos, não temos recursos para custeio e fomos levados a tomar um crédito que não deu certo. Muitos já estão na dívida ativa da União, tendo suas terras tomadas. A dívida inicial de R\$ 360 milhões já está em R\$ 800

milhões – diz Henrique de Almeida, presidente da Associação dos Produtores de Cacau.

São muitas as categorias que clamam por ajuda do governo. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris afirma que, nos últimos 14 anos, o setor não tem conseguido gerar renda efetiva.

Conforme dados do Ministério da Fazenda, diz Rovaris, a maioria dos agricultores familiares e pequenos agricultores quita suas dívidas e, por isso, deve ter tratamento diferenciado nas negociações.



Agricultores familiares e pequenos produtores costumam quitar mais suas dívidas do que os grandes empresários do setor

ASSESSORIA/EMPAER

AMÉRICA DO SUL Brasil apresenta proposta que pode resultar na criação de aliança militar nos moldes da Otan

Cresce idéia de um Conselho de Defesa na América do Sul

Estimulada, paradoxalmente, por um incidente que colocou em conflito três países do continente, a América do Sul discute agora, com intensidade cada vez maior, o aprofundamento de seu processo de integração regional. A partir do episódio do ataque da Colômbia a guerrilheiros em pleno território equatoriano, as principais lideranças continentais começam a idealizar novos e mais poderosos mecanismos multilaterais, como um Conselho de Defesa ou uma Organização (militar) do Tratado do Atlântico Sul, que viriam somar esforços ao Mercosul no caminho da integração política e econômica.

Partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a iniciativa de propor a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, durante a visita ao Brasil da secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, em meados de março. Condoleezza apoiou a idéia e declarou ser importante “que os países da América do Sul analisem um instrumento conjunto de segurança de fronteiras”.

Durante visita de Lula a Buenos Aires, coube ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, levar ao governo argentino a proposta. A aproximação na área de defesa

com os vizinhos começou em novembro passado, com visitas ao Chile e ao Equador. Até junho, Jobim percorrerá todos os países sul-americanos, pavimentando o caminho para, como pretende, constituir o conselho em outubro.

Na semana passada, ao participar de solenidade no Recife, o presidente venezuelano Hugo Chávez lembrou ter feito a mesma proposta em seu primeiro ano de governo, em 1999, e foi ainda além. Defendeu a criação de uma aliança militar continental, nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), idealizada pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial para fazer frente à União Soviética e seus aliados do bloco comunista.

A idéia conta com adeptos também no Congresso Nacional, como é o caso do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), membro da representação brasileira no Parlamento do Mercosul. Ele anunciou que irá apresentar a proposta na reunião do Parlamento, que deve acontecer nesta segunda-feira, em Montevidéu, Uruguai. A seu ver, a criação do conselho vai estabelecer um diferencial na resolução de conflitos na região.

OEA lidera os esforços por integração do continente

Continente que viveu poucas guerras e que há 80 anos não vê um conflito armado que possa ser realmente chamado de guerra, a América do Sul deixa transparecer sua vocação pacífica nos baixos orçamentos de defesa de seus países: nenhum figura entre os que mais investem em armamento no planeta e seus efetivos são, em geral, pequenos, mal treinados e mal equipados. A via diplomática é sempre a preferencial e não faltam mecanismos para exercê-la.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) é a que mais tem atuado na integração dos esforços em termos de segurança e defesa. Os acordos mais antigos remontam ao período pós-guerra, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947) e o Tratado Americano de Soluções Pacíficas (1948). Já a Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais é de 1999.

A Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente da OEA enfrenta temas como o combate ao tráfico de pessoas, crime organizado transnacional, gastos militares e transparência na aquisição de armamentos, tráfico de armas e tratamento das

quadrilhas de delinquentes.

Em 2003, a Conferência Especial sobre Segurança da OEA, no México, expressou em sua resolução final que “cada Estado tem o direito soberano de identificar suas próprias prioridades nacionais de segurança e definir as estratégias, planos e ações para fazer frente às ameaças à sua segurança, em conformidade com seu ordenamento jurídico e com pleno respeito do Direito Internacional e das normas e princípios da Carta das Nações Unidas e da Carta da OEA”.

Neste mês, reuniões no Chile e na Venezuela trataram de esforços conjuntos em relação a desastres naturais e de medidas para fortalecimento da segurança. Em abril, ocorre a Convenção Interamericana sobre Transparência na Aquisição de Armas Convencionais.

Já a Junta Interamericana de Defesa, sediada em Washington (EUA), assessora a OEA. Integrada por militares designados pelos países-membros, a junta – que em março passado recebeu a visita do ministro Nelson Jobim – tem concentrado seus esforços no programa de remoção de minas na América Central e em relatórios sobre o aumento das medidas de confiança e segurança regional.



José Miguel Insulza (C), secretário da OEA, visita, no Equador, o local do ataque da Colômbia às Farc

Senadores apóiam iniciativa e pregam diálogo

Ânimos desarmados, disposição para o diálogo e interesse em construir um novo consenso continental são pré-requisitos, na opinião dos senadores, para que a América do Sul caminhe para a criação de um organismo eficaz de defesa e segurança, nos moldes do sugerido pelo presidente Lula. Integrante do Parlamento do Mercosul, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou que o episódio do início de março, envolvendo Colômbia, Equador

Crise pode ser oportunidade para construir paz duradoura, diz Cristovam

– Diante da ameaça à soberania de um país, todos os demais se uniram em defesa de princípios e valores comuns. A função do conselho seria a de formular e coordenar uma estratégia conjunta para a região – avaliou Zambiasi, classificando como “fundamental” a participação do Parlamento do Mercosul nesse esforço.

O senador também chamou a atenção para a “profunda crise humana” por trás do confronto entre Colômbia e Equador. Segundo ele, por causa da guerrilha que já dura quatro décadas, de 3 a 4 milhões de colombianos teriam sido desalojados de suas terras, de suas casas e até de seu país, já que 1 milhão estão refugiados na Venezuela, outros 500 mil no Equador e até mesmo no Brasil. O jornal *O Globo* publicou que em torno de 17 mil colombianos

entraram no Brasil nos últimos anos, especialmente na região de Tabatinga (AM).

Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a necessidade de o governo investir na modernização e no reaparelhamento das Forças Armadas. Para ele, a contínua redução dos orçamentos militares em relação ao produto interno bruto (PIB), iniciada em meados dos anos 1980, é incompatível com a posição natural de liderança exercida pelo Brasil na América do Sul.

– Aparelhar e modernizar nossas Forças Armadas não é apenas necessidade, é prioridade do Estado brasileiro – destacou Azeredo, citando como exemplo a escassez de pessoal e o distanciamento dos pelotões do Exército das fronteiras amazônicas, que inviabilizariam a repressão eficaz ao contrabando de drogas, armas e mercadorias.

Para Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que preside a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, o caminho para a solução desse e de outros conflitos está no Mercosul. Além dos países fundadores (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e do iminente ingresso da Venezuela, disse Mesquita Júnior, o ideal é que o bloco admitisse também Colômbia, Equador, Bolívia e Peru.

– Um bloco forte e democrático deve ser o fórum para a discussão das nossas questões econômicas,

sociais e políticas – defendeu.

Cristovam Buarque (PDT-DF) viu na situação recente “uma oportunidade única” para se negociar uma “paz ampla e duradoura” entre os países andinos em confronto, mas também dentro da Colômbia, que vive uma guerra interna de mais de 40 anos. Ele lembrou o sucesso do chamado Grupo de Contadora, que nos anos 1980 atuou para evitar o agravamento da violência na América Central. O senador disse que o Brasil deve liderar tais esforços, inclusive pela “legitimidade” alcançada como mediador do conflito fronteiriço entre Equador e Peru em 1998.

– Um conflito armado, mesmo de um só dia e dois soldados mortos, deixaria uma mancha definitiva nas relações sul-americanas. Não seria mais um conflito pequeno – afirmou.

O senador José Sarney (PMDB-AP), um dos artífices da criação do Mercosul durante seu período como presidente (1985-90), destacou que o continente não tem tradição de resolver conflitos por meio da força e reiterou a necessidade de união das nações para repudiar “esse tipo de sentimento” no ambiente sul-americano. Ele condenou enfaticamente os altos gastos feitos recentemente pela Venezuela na compra de armas e material bélico.

– Somos um continente pacífico. Que necessidade tem um país de armar-se dessa forma? Contra quem? É uma ameaça à estabilidade do nosso continente – criticou Sarney.

Quem é quem na América do Sul

País	PIB (em US\$ mi)	Posição mundial	População
Brasil	1.067.706	10°	186.595.252
Argentina	212.595	32°	37.812.817
Venezuela	181.608	37°	24.287.670
Chile	145.845	40°	15.116.435
Colômbia	135.883	43°	44.531.434
Peru	93.045	55°	27.949.639
Equador	41.402	66°	13.183.978
Uruguai	19.127	86°	3.360.105
Trinidad e Tobago	18.171	90°	1.104.209
Bolívia	11.221	104°	8.586.443
Paraguai	9.527	109°	5.734.139
Suriname	2.112	151°	433.998
Guiana	881	163°	697.181

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), dados de 2006. Exceto os relativos à população, em que os dados variam conforme último censo demográfico, entre 2001 e 2006.

Raio-x do subcontinente



(* Fonte: Wikipédia. Inclui a Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino da França.)

AMÉRICA DO SUL Venezuela e Chile aumentam seu poderio militar, mas o Brasil ainda lidera o ranking da região

Corrida bélica ao sabor da economia

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABF



O venezuelano Hugo Chávez e Lula: história da América do Sul registra raros casos de guerra

Pacífica, região teve poucas guerras

Tradicionalmente uma região pacífica, se comparada aos demais continentes, a América do Sul registra em sua história raros casos de guerras e ocasionais disputas políticas. O que não significa que seja isenta de conflitos de fronteira que reúnem praticamente todos os países, inclusive o próprio Brasil.

Desde a Guerra do Chaco (1932-1935), que envolveu Paraguai e Bolívia e causou a morte de quase 100 mil pessoas, tais conflitos, porém, têm sido sempre resolvidos pela via diplomática. É o caso da pendência fronteiriça mais longa e mais persistente, que envolve o Peru, a Bolívia e o Chile. Suas raízes remontam à chamada Guerra do Pacífico (1879 a 1881).

Mais de um século depois,

em 1998, Equador e Peru foram protagonistas da mais recente disputa de fronteira do continente sul-americano, antes que o episódio do ataque colombiano às Farc reacendesse o tema. O entrevero armado, de pequenas proporções, teve como causa um extenso território na Floresta Amazônica.

Antes disso, Argentina e Chile disputaram intensamente, durante mais de duas décadas, a posse de territórios no Canal de Beagle, próximo à Terra do Fogo, em uma polêmica resolvida com a intermediação do papa João Paulo II, já em 1999. No outro extremo do continente, a Venezuela reclama quase um terço do território da Guiana, na região do Essequibo (veja abaixo).

O Brasil não passa inteiros-

te ao largo dessas escaramuças. Com a Bolívia, o episódio da nacionalização das refinarias da Petrobras, há dois anos, criou tensões, agravadas pelo discurso de lideranças bolivianas em relação a território que hoje forma o estado do Acre.

Com o Paraguai – que ainda hoje guarda ressentimentos por causa da guerra do século 19 que causou mais de 200 mil mortes –, o Brasil tem um considerável contencioso: a circulação de trabalhadores de um país para o outro, o contrabando de produtos e a entrada de drogas e armas e a evasão de carros roubados no Brasil, além da situação dos chamados “brasiguaios”, que possuem fazendas no interior do Paraguai mas moram também no Brasil.

Venezuela de olho em Essequibo, na Guiana

Apesar de reiteradas ameaças – apenas verbais – aos Estados Unidos e mesmo à Colômbia, a Venezuela do presidente Hugo Chávez dá sinais de que um eventual expansionismo poderia tomar outra direção: a leste, onde a República da Guiana é alvo de uma reivindicação territorial há mais de 40 anos.

A primeira reclamação da Venezuela em relação à região de

Essequibo vem de 1963, registrada nas Nações Unidas. À época, a Guiana ainda era colônia inglesa. A Venezuela pretendia anexar toda a região a oeste do rio do mesmo nome. Isso representa quase dois terços da Guiana.

Em 2006, a adição de uma oitava estrela à bandeira venezuelana elevou as apostas em um conflito. A explicação de Chávez – de que ela seria um tributo à

contribuição da província da Guiana na luta pela independência venezuelana – não convenceu os guianenses, que em 2007 propuseram a Londres a criação de uma área de proteção ecológica em Essequibo, ao longo da fronteira, com controle britânico.

A Guiana gasta só US\$ 5 milhões em defesa e tem menos de 2 mil soldados. Sem aviões, tanques ou navios de guerra.

Especialistas apostavam que, com a melhoria nos índices econômicos nos anos recentes, os países do continente sul-americano se sentissem estimulados a investir na recuperação dos seus orçamentos militares. A previsão otimista agora equilibra-se no tênue fio da economia norte-americana, cujos rumos podem ou não decretar uma crise mundial. Mas o alerta é claro, em especial para o Brasil, que ainda se mantém como a principal potência bélica da América do Sul.

“Se novos recursos não forem alocados de forma regular nos próximos anos, essa diferença poderá diminuir rapidamente e com certeza veremos chilenos e venezuelanos rondando nossa lide-

Se não investir no longo prazo, país pode ter sua liderança ameaçada

rança, embora não acreditemos que possam ameaçá-la no curto ou médio prazos”, prevê a revista *online Military Power Review*, ao anunciar os resultados do ranking militar continental relativo a 2005/2006 (veja o quadro).

Com raras exceções, relata o estudo, a maioria dos países do continente, apesar dos bons ventos econômicos recentes, manteve contingenciadas as verbas reservadas ao reequipamento e modernização de suas forças armadas, com as exceções de Venezuela e Chile, empurrados pelas altas nos preços internacionais do petróleo e do cobre, seus produtos primordiais de exportação.

O Brasil comprou 12 caças Mi-

rage franceses, usados, bem como oito outros aviões de combate norte-americanos F5/E Tiger, considerados dos mais competentes desde a Guerra do Vietnã. Recentemente, a Força Aérea Brasileira deu início ao programa de aquisição e à modernização de seus 47 caças F-5E, que deverá custar em torno de US\$ 285 milhões. Também adquiriu aviões de transporte e tem planos de comprar 240 tanques Leopard 1A5, de origem alemã. Com US\$ 1,4 bilhão em financiamentos externos, poderá

comprar novos submarinos e modernizar os atuais, muito defasados.

A Venezuela saltou duas posições, ultrapassou Colômbia e Equador e já é a quinta potência bélica sul-americana.

O regime de Hugo Chávez atemoriza vizinhos de todos os tamanhos porque assinou um contrato de US\$ 3 bilhões com a Rússia para o fornecimento de 24 jatos de combate Sukhoi SU-30 e 33 helicópteros, todos novos. Isso sem falar nos já famosos 100 mil fuzis de assalto Kalashnikov.

O Chile, por sua vez, subiu para o 3º lugar e já supera a Argentina, com quem na década de 80 teve uma ameaça de conflito militar envolvendo as ilhas do Canal de Beagle, no extremo-sul do continente. Pesou a seu favor a aquisição de dois submarinos, 20 caças e sete fragatas (das quais quatro já operacionais), além de 235 tanques.



NATIONAL MUSEUM OF USAF

A Força Aérea Brasileira conta com 47 caças F-5E, de fabricação norte-americana, que passarão por um programa de modernização

A escala de poder bélico no continente

O ranking foi elaborado utilizando-se uma metodologia exclusiva desenvolvida pela revista online *Military Power Review*, que analisa fatores militares, econômicos e geopolíticos, atribuindo-se pontuação crescente para cada uma delas e peso para cada item de acordo com sua importância.

Posição	País	Exército	Marinha	Força Aérea	Efetivos/população	GM/PIB (1)	PDN (2)	PE (3)	TOTAL
1º	Brasil	198	154	174	10	30	25	39	630
2º	Peru	152	104	92	30	30	20	21	449
3º	Chile	120	99	63	40	50	30	17	419
4º	Argentina	143	105	72	10	30	15	27	402
5º	Venezuela	74	61	72	30	30	35	14	316
6º	Colômbia	47	49	75	40	50	20	22	303
7º	Equador	56	53	40	40	40	10	5	244

Fonte: *Military Power Review*

(1) GM/ PIB = índice dos gastos militares em relação ao produto interno bruto (PIB).

(2) PDN = Plano de Defesa Nacional: considerou-se planejamento de longo prazo, vontade política, interesse no fortalecimento das Forças Armadas, indústria bélica e política de defesa nacional.

(3) PE = Projeção estratégica: considerou-se a população total, área do país, efetivos militares, PIB, capacidade de mobilização e atuação em missões de paz da ONU.

Números

Embora pequeno em percentual do PIB (inferior a 2%), o valor absoluto do orçamento militar brasileiro é o maior da América do Sul.

A estatística, porém, é enganosa, pois 75% a 80% desses recursos estão comprometidos com a folha de pessoal.

Os gastos da Colômbia, por sua vez, ficaram em torno de 3,3% do PIB no ano passado, sem contar a ajuda norte-americana, exclusivamente dedicada ao combate à narcoguerrilha das Farc.

Entre os 15 maiores países do mundo em gastos militares, nenhum é da América do Sul.



FINANÇAS Para senador, influência menor da economia americana no mundo deve limitar turbulência financeira

Aloizio Mercadante

Brasil mais forte para enfrentar crise

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), afirma que a crise financeira americana terá efeitos duradouros que serão sentidos por todo o planeta. Mas, conforme ele declarou ao *Jornal do Senado*, a turbulência será amenizada ao se afastar do seu epicentro no mercado financeiro americano. Isso porque os Estados Unidos não são mais o eixo da economia mundial, que se deslocou para a Ásia e os países em desenvolvimento. Para o senador, o Brasil também está protegido porque sua economia tem crescido de forma consistente baseada, principalmente, no aumento da renda e do consumo da população. “Nos últimos 60 anos, só em dois anos a taxa de crescimento do PIB foi maior que a taxa de inflação: em 2006 e 2007”, disse Mercadante.

Alan Greenspan, ex-presidente do Banco Central americano, disse que a atual crise é a maior do pós-guerra. O senhor concorda? Qual seria o efeito disso para o Brasil?

Provavelmente será a mais grave crise financeira da economia americana no pós-guerra. Mas isso não pode ser estendido à economia brasileira, ao contrário do que aconteceu em crises passadas, que foram muito mais amenas que a atual. Neste momento, o Brasil tem cerca de US\$ 190 bilhões em reservas cambiais [dólares que podem ser vendidos de forma a baixar valor da moeda americana em relação ao real]. O país

exibe uma inflação anual dentro da meta de 4,5%. O PIB está crescendo 6% neste início de ano. A economia tem crescido em função do consumo das famílias e do investimento das empresas no mercado interno, e não mais em função só das exportações. Além disso, as vendas para os Estados Unidos são apenas 15% da pauta de exportações. Eram 25% há cinco anos. Hoje 25% das exportações vão para a América Latina, outros 25%, para a União Européia, e o restante, para a África e principalmente para a Ásia. A diversificação do comércio internacional que o governo Lula patrocinou olhando mais para os países em desenvolvimento trouxe resultados muito positivos. Os bancos brasileiros também não estão contaminados diretamente pelos títulos imobiliários que geraram os problemas nos bancos americanos. Tudo isso ameniza e retarda o impacto no Brasil. Mas não acredito que a economia brasileira esteja descolada dessa crise. As economias são interdependentes e sentiremos algum efeito. Além disso, a crise é grave, afeta a maior economia e terá repercussões no resto do mundo.

Qual deverá ser a magnitude desse impacto na economia mundial?

O eixo dinâmico do capitalismo hoje não está mais nos Estados Unidos. Está na Ásia, especialmente na China e na Índia. E 65% do PIB mundial estão hoje nos países em desenvolvimento, especialmente China, Índia, Rússia e Brasil. Essa mudança de eixo ameniza o impacto da crise. Ajuda a manter uma perspectiva otimista no cenário internacional, até porque o novo eixo não tem sido atingido diretamente pela turbulência. Por outro lado, a crise vai atingir parte da Europa, porque Espanha, Itália, Inglaterra e França estão vulneráveis, com bancos contaminados pelos títulos imobiliários problemáticos.

Mas a China exporta muito para os EUA, portanto uma recessão americana acabaria atingindo os chineses, não?

Uma parcela de 32% das exportações da China vai para os Estados Unidos – percentual que tem diminuído por causa da desvalorização do dólar. Mas o mercado consumidor da China é de 1,4 bilhão de pessoas, que vêm se urbanizando, vêm aumentando a renda. A grande força da economia chinesa é o tamanho do seu mercado. Trata-se de uma variável também fundamental na economia brasileira, porque estamos crescendo e distribuindo renda, criando um mercado de massa. No Brasil, nos últimos quatro anos, a renda dos 50% mais pobres da população cresceu 32%. O crédito consignado, com desconto no contracheque do trabalhador, hoje representa 56% do crédito para pessoas físicas. A taxa de juros desse tipo de crédito está em 28% ao ano, contra 135% do cheque especial, por exemplo. O barateamento do crédito, o Bolsa Família, o salário mínimo que cresceu mais de 35% (em

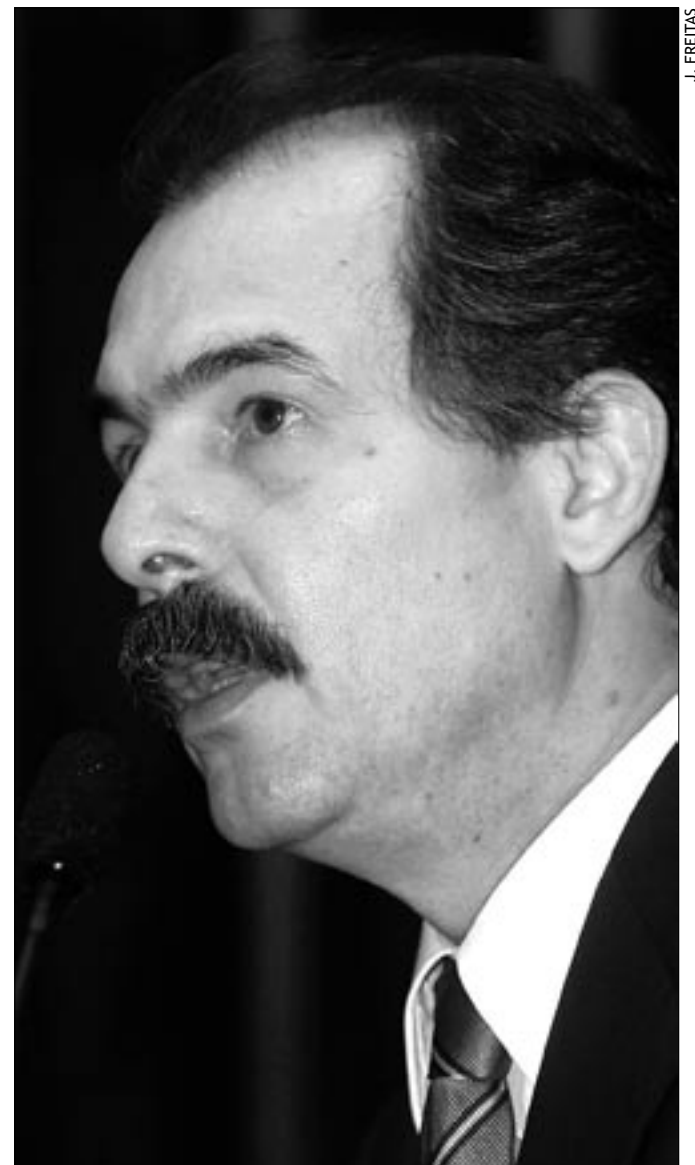
termos reais, já descontada a inflação) no governo Lula e hoje é de R\$ 415, o Luz para Todos... Esses programas criaram um grande mercado de consumo no Brasil e colocaram o social como eixo do crescimento econômico. Isso é um elemento importante para que possamos preservar o crescimento no Brasil.

Então o senhor acha que não faz sentido aumentar os juros neste momento para conter um possível aumento da inflação no Brasil?

A política monetária permitiu que a taxa de juros, que era de 27,5% em 2002, caísse para os atuais 11,25%. É evidente que alguns setores estão muito aquecidos, por exemplo, o automotivo e o de eletrodomésticos. Também temos neste momento uma pressão sobre os preços das commodities internacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, boa parte da safra de milho foi comprometida para produzir etanol. E a urbanização da Índia e da China está aumentando o consumo de alimentos no mundo. Por isso, no ano passado tivemos um aumento de 11% no preço dos alimentos. No caso de minérios, a pressão sobre os preços é decorrente do forte crescimento industrial na Ásia. Seria mais prudente se o BC brasileiro tivesse cautela neste momento. Isso porque os Estados Unidos reduziram muito os juros recentemente. Então, se o BC aumentar os juros daqui por causa de pressões inflacionárias setoriais, nós vamos atrair mais capital estrangeiro, o que geraria maior valorização do real. Isso prejudicaria as exportações e o saldo da balança comercial, que já estão comprometidos pela desvalorização do dólar e a valorização do real. Então eu vejo que a margem de manobra é pequena para a política monetária.

O senhor acha que a turbulência terá efeitos duradouros?

O impacto direto dessa crise



Mercadante: Senado deve buscar pauta de produção legislativa à altura do momento excepcional que o país vive

das hipotecas imobiliárias no mercado americano é de US\$ 230 bilhões. Vários bancos estão numa situação difícil. Só conseguiram se manter porque os bancos centrais fizeram grande aporte de recursos. Em torno de US\$ 500 bilhões foram injetados no sistema financeiro por linhas especiais de crédito. O quinto maior banco americano de investimento [o Bear Sterns, que foi vendido para o concorrente JP Morgan] acabou de ser comprado porque estava com o patrimônio líquido negativo [não dispunha de recursos para pagar suas obrigações]. E o impacto indireto da crise nos EUA é de US\$ 460 bilhões. Historicamente, as crises que envolvem o mercado imobiliário são duas vezes mais intensas e duradouras do que as crises restritas às bolsas de valores. O estoque de imóveis disponíveis hoje nos Estados Unidos é de 600 mil. E a retração no mercado de construção civil foi de 60%. Até que esse mercado se ajuste, que o preço dos imóveis permita a retomada dos financiamentos, e que os bancos possam digerir os prejuízos, terá se passado pelo menos um ano e meio. Por isso, haverá uma recessão forte este ano na economia americana, que deve se estender até o ano que vem.

A crise mudará a maneira como o mercado financeiro mundial opera?

Espero que sim, que sejam criados mecanismos de con-

trole da irresponsabilidade financeira que muitas vezes o mercado patrocina. Porque essas hipotecas americanas foram lançadas no mercado como títulos sem risco, mas que no fundo tiveram origem em empréstimos a cidadãos sem histórico positivo no mercado financeiro, sem renda fixa, sem condições de pagar. Deu no que deu. Sempre que há irresponsabilidade, o mercado passa por crises financeiras severas.

Que papel o Senado pode ter diante de uma crise assim?

Acho que o Senado deveria sair da lógica de denúncia e obstrução. Deveria ter uma pauta de produção legislativa à altura do momento excepcional que o Brasil vive. Nos últimos 60 anos, só em dois anos a taxa de crescimento do PIB foi maior que a taxa de inflação: em 2006 e 2007. Diante disso, deveríamos estar aprimorando as instituições brasileiras, discutindo a reforma tributária, a política e outros temas de interesse da sociedade. Acho que a oposição está sem discurso, está muito tensa. A lógica de obstrução prejudica o Senado. No dia 8 de abril, por exemplo, faremos uma audiência na CAE com o Henrique Meirelles, presidente do Banco Central. Tenho procurado criar na CAE um ambiente de discussão voltado para os desafios do país. Espero conseguir sensibilizar os senadores para essa responsabilidade histórica.

“A margem de manobra é pequena para a política monetária”

FINANÇAS Antes, “gripe nos EUA significava pneumonia no Brasil”. Hoje, país eleva projeção para crescimento

THIAGO BERNARDES/FOLHA IMAGEM



Pregão na BM&F: junto com a Bovespa, ela formará terceira maior bolsa do mundo em valor de mercado, atrás de Frankfurt e Chicago

Incerteza não pára fusão de R\$ 20 bi entre bolsas brasileiras

A turbulência do sistema financeiro nos Estados Unidos não deve prejudicar a fusão entre a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), anunciada na terça-feira passada. Em entrevista no dia seguinte, o diretor-geral da Bovespa, Gilberto Mifano, disse que o Brasil vive um contexto positivo e a crise não tem impacto na integração das duas empresas.

– Essa crise não é a crise do Brasil e não impacta nessa integração que se inicia agora. O que passa lá fora não interfere. As conversa-

ções sobre a integração já foram aprovadas em meio à turbulência – disse Mifano, lembrando que a crise nos EUA se arrasta desde agosto passado.

Segundo informaram as duas empresas, a nova companhia será a terceira maior do mundo, com um valor de mercado de cerca de US\$ 20 bilhões – atrás somente da Bolsa de Frankfurt (Alemanha) e da Chicago Mercantile (EUA).

A chamada Nova Bolsa integrará os negócios da Bovespa e BM&F, que são complementares. A Bovespa negocia principalmente ações de empresas. Já a BM&F

faz transações envolvendo, por exemplo, *commodities* agrícolas e moeda estrangeira.

Deverão ser emitidas ações da Nova Bolsa para os acionistas das duas empresas, na proporção de 50% para cada companhia. Fora isso, os acionistas da Bovespa receberão um adicional em dinheiro de R\$ 1,24 bilhão.

Até dezembro deste ano, funcionará um comitê de transição, composto pelos presidentes e diretores-gerais das duas companhias, que dividirão o comando. A expectativa é que a integração dos negócios gere uma economia

de até 25% nas despesas operacionais até 2010.

O presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, disse que será dada prioridade à divulgação das negociações em torno da Nova Bolsa. A empresa também passará a integrar o Novo Mercado – que foi criado no âmbito da Bovespa para empresas comprometidas com a transparência na divulgação de informações, beneficiando especialmente os acionistas minoritários.

– A preocupação é manter a transparência que tínhamos com a Bovespa – disse Magliano.

Lula oferece a Bush fórmula para socorro aos bancos dos EUA

O presidente Lula entende que a crise financeira nos Estados Unidos é hoje um dos poucos eventos preocupantes para a economia brasileira.

– Essa crise pode não ser tão grande, como a gente imagina, mas pode ser maior do que a gente imagina – afirmou Lula em discurso durante fórum empresarial entre o Brasil e o México, no Recife, na quinta-feira.

Lula disse ter ligado duas vezes para o presidente dos EUA, George W. Bush, para tratar da crise.

– Eu liguei para ele para falar: Bush, o problema é o seguinte, meu filho, nós ficamos 26 anos sem crescer. Agora que a gente está crescendo vocês vêm atrapalhar. Resolve a tua crise – disse.

O presidente falou que o Brasil tem *expertise* em salvar bancos, citando o Proer, programa criado na década de 90 para recuperar bancos com problemas.

– Se precisarem, podemos mandar a tecnologia para eles [EUA] – afirmou Lula que, além de alfinetar Bush, tocou no tema

do fórum: pediu ampliação dos negócios entre Brasil e México.

Previsão do BC é agravamento da crise

O Banco Central divulgou, também na quinta-feira, relatório segundo o qual as turbulências nos mercados internacionais podem ficar ainda mais intensas.

“O processo de fragilização dos mercados deverá continuar, podendo se intensificar, nos próximos meses, tendo em vista desdobramentos da crise no *subprime* [mercado de alto risco que envolve empréstimos a pessoas com histórico de inadimplência] sobre a confiança em outras estruturas financeiras”, diz o Relatório de Inflação do BC.

O Banco Central afirmou que, devido à crise, a economia americana está sem dinamismo, com possível contração do produto interno bruto. Por isso, outros países deverão ter papel determinante no crescimento global em 2008.

“Nesse cenário, o desempenho das demandas domésticas na Europa e no Japão, assim como na China e nas demais economias



Henrique Meirelles, do BC: temor de desequilíbrio entre demanda e oferta

emergentes, passa a desempenhar influência crescente para o crescimento mundial em 2008”, registra o texto.

Apesar das incertezas, o Banco Central avaliou que os in-

vestimentos no Brasil continuarão crescendo, principalmente devido ao fortalecimento do mercado interno.

Por isso mesmo, o BC elevou as suas projeções em relação ao PIB e aos preços. A expectativa é que a expansão da economia brasileira seja de 4,8%, ante os 4,5% previstos em dezembro. Para a inflação, por outro lado, a previsão também corrigida para cima: de 4,3% para 4,6%.

Mas, se o BC aumentou a previsão de crescimento, também reiterou sua preocupação com o descompasso entre a procura e a oferta de produtos. O temor é que as indústrias não consigam atender à demanda e isso pressione os preços, causando inflação. É justamente esse o argumento usado pelo banco para, nos últimos meses, ter brechado a queda da Selic, a taxa básica de juros, hoje em 11,25% ao ano.

Entenda a crise no mercado de imóveis nos EUA

Os mercados ao redor do mundo estão preocupados com o mercado imobiliário nos Estados Unidos, que teve grande crescimento a partir do começo da década. O combustível foi a redução nos juros promovida pelo Banco Central americano para minimizar os efeitos do estouro da bolha das empresas de internet. Mas, em agosto do ano passado, foi detectado um alto índice de calotes nos empréstimos imobiliários para pessoas com histórico de inadimplência – o chamado crédito *subprime* (de segunda linha).

Como esses créditos embutem maior risco, rendem juros maiores. Por isso, são atraentes para os bancos. Funciona assim: um banco, ao comprar um título da instituição que concedeu o empréstimo, permite que ela empreste mais dinheiro antes mesmo do primeiro empréstimo ser pago. Também interessado em lucrar, um terceiro banco pode comprar o tal título, e assim por diante, gerando uma cadeia de venda de títulos.

Mas, como muitas das pessoas que tomaram esses empréstimos imobiliários de alto risco não conseguiram pagá-los, uma onda de calotes saiu atingindo os bancos que compraram títulos uns dos outros. Como resultado, o mercado passou a evitar novos empréstimos e a compra de títulos *subprime*, o que acabou gerando uma crise de liquidez (falta de dinheiro no mercado).

No mundo globalizado, créditos gerados nos EUA podem ser convertidos em títulos que vão render juros para investidores na Europa e em outras partes do mundo. Por isso, o pessimismo contamina os mercados globais.

Para evitar o pior, os principais bancos centrais – o BCE (Banco Central Europeu), o Federal Reserve (FED, o BC americano) e o Banco do Japão, entre outros – interviewaram e liberaram bilhões de dólares aos bancos.

O clímax recente foi a quebra do Bear Sterns, quinto maior banco de investimento dos EUA. Quando a crise começou, ele valia US\$ 17 bilhões; abalado, foi vendido por míseros US\$ 236 milhões há duas semanas, com a ajuda do governo americano.

Como a crise provoca aversão ao risco, investidores preferem sair das bolsas, sujeitas a grandes oscilações, e aplicar em títulos mais seguros. Além disso, estrangeiros que investem em países emergentes como o Brasil, podem vender esses papéis para cobrir perdas. Com muita gente vendendo (oferta elevada), os preços dos papéis caem.

No final, o que se teme é uma crise avassaladora como a que ocorreu em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York. Na época, a expansão do crédito, a especulação financeira e a superprodução quebraram 46.000 empresas e deixaram 13 milhões de americanos sem emprego.

MULHERES Audiência pública no Senado discutirá, no dia 9, o tráfico e a eficácia da Lei Maria da Penha

Dois milhões de brasileiras são espancadas a cada ano

Com estatísticas trágicas em todo o mundo, a violência contra a mulher será tema de audiência no dia 9 de abril no Senado. A Subcomissão em Defesa da Mulher discutirá a situação das encarceradas, inclusive casos como o de Abaetetuba (PA), onde uma jovem foi trancafiada em cela masculina e estupro sistemático.

Dois outros temas também estão pautados: o tráfico de mulheres e a eficácia da Lei Maria da Penha (11.340/06), em vigor há um ano e meio. Um dos focos mais importantes do debate será a violência doméstica, problema que atinge indistintamente países ricos e pobres.

Pesquisas equiparam Brasil e Estados Unidos: a cada 15 segundos uma mulher, seja brasileira ou norte-americana, é agredida. No Brasil, a Fundação Perseu Abramo diz que em 70% dos casos a agressão parte de pessoa

com quem a vítima mantém ou manteve algum vínculo afetivo, inclusive de familiares. A pesquisa de 2001 concluiu que quase 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no país.

Para enfrentar essa violência, o governo Lula estabeleceu um pacto nacional, com a adesão de estados, Distrito Federal e municípios, para uma série de ações nos próximos quatro anos, com previsão de R\$ 1 bilhão em investimentos no Plano Plurianual (PPA) de 2008 a 2011. Mas o êxito dessa iniciativa depende, segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), do não contingenciamento dessas verbas. O pacto prevê a organização de mais de 700 serviços especializados (delegacias, defensorias, centros de referência, etc.), capacitação de 50 mil policiais e 120 mil profissionais de educação, além de campanhas educativas e culturais.

Maior entrave ainda é a própria inércia dos juizes

Um dos piores entraves para a Lei Maria da Penha deslanchar está na resistência de boa parte dos juizes em aplicar as punições previstas na legislação que combate a violência doméstica. Essa não é apenas uma denúncia frequente das organizações de mulheres. Magistrados e integrantes do Ministério Público reconhecem que o efetivo cumprimento da lei ainda enfrenta barreiras, cuja origem remonta ao período do Brasil Colônia.

As chamadas Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603, compilavam as leis administrativas, criminais e de família. E, no seu bojo, davam autorização para o marido castigar os filhos, os servos, os escravos e as mulheres – relata Fausto Lima, promotor do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF).

O promotor, que está escrevendo um livro sobre a violência doméstica no Brasil, notabilizou-se pelo recurso impedindo o arquivamento de um processo em que o marido ateou fogo na mulher, que semanas depois pretendia retirar a queixa (veja texto no alto, à direita).

O dramático, na avaliação de Lima, é que essa legislação que vigorou até o século 19 acabou, na prática, se perpetuando até o advento da Lei Maria da Penha. Vários fatos contribuíram para isso, com o predomínio do que Lima chama de doutrina da hierarquia familiar. Segundo ele, o Código Civil de 1916 declarava a mulher incapaz para os atos da vida civil e que o marido era o cabeça do casal, apesar da legislação penal do Império ter, pelo menos, acabado com o direito de castigar a mulher.

No entanto, como se manteve a hierarquia familiar, a Justiça passou a interpretar que o Estado não poderia investigar, processar e punir o homem por castigar sua mulher porque, explica Lima, “poderia estabelecer uma certa rebelião familiar”.

A Constituição de 1988 igualou ambos os sexos perante a lei e “deixou claro que os homens e as mulheres devem exercer em conjunto o poder familiar”, afirma. Esperava-se que a violência doméstica não fosse mais tolerada, mas a Lei 9.099/95, que criou os juizados especiais cíveis e criminais, cometeu, de acordo com Lima, um grande erro, ao colocar tal delito entre os de menor potencial ofensivo, à semelhança dos crimes de trânsito e brigas entre vizinhos.

Além disso, estabeleceu penas alternativas, como doação de cestas básicas, induzindo ainda mais que mulheres, especialmente as de baixa renda, retirassem as queixas contra seus agressores para não prejudicar o sustento dos filhos. Foi a Lei Maria da Penha que revogou expressamente tais dispositivos da lei dos juizados especiais.



Em Nova Iguaçu (RJ), Grafiteiras pela Lei Maria da Penha utilizam a arte para debater a violência

TJDF tirou decisão das mãos da agredida

Seria mais um caso escabroso de violência doméstica arquivado, se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) não tivesse decidido, em 31 de maio do ano passado, que a Lei Maria da Penha deveria ser aplicada, instaurando o processo, independentemente de autorização da vítima, quando houver lesão corporal.

Com essa sentença, o TJDF acolheu parte do recurso do promotor Fausto Lima, que requereu o início do processo – depois que o 1º Juizado Especial de Samambaia mandou arquivá-lo – e pediu a prisão preventiva do acusado. O juizado da cidade-satélite de Brasília havia determinado que caberia à vítima autorizar o processo.

Escondida na casa da cunhada, após ter sido espancada pelo marido em novembro de 2006 e sofrido queimaduras de primeiro e segundo grau, principalmente nas pernas, molhadas pelo álcool jogado pelo agressor, que lhe ateou fogo, a mulher, então grávida de seis meses, acabou

comparecendo ao juizado, três semanas após a violência, e retirando a queixa, encerrando o processo.

– A vítima retirou a queixa porque foi provocada pela Justiça e ficou com medo – explica Lima.

O promotor diz que o TJDF não acolheu o seu pedido de prisão preventiva. O agressor continua solto. E o Juizado de Samambaia, continua ele, aguarda a devolução do processo para aplicar as punições previstas na Lei Maria da Penha e processar o agressor. Pelo que se sabe, segundo o promotor, a vítima ainda permanece convivendo com o seu algoz.

No entanto, foi essa decisão do TJDF que funcionou como um divisor de águas, estimulando outros juizes a aplicarem a Lei Maria da Penha. Como ocorreu no próprio DF, em que as denúncias e as prisões decretadas têm crescido proporcionalmente à população feminina da capital, conforme informações do próprio Ministério Público.

Dados sobre eficácia estão defasados

Apesar de ter um ano e meio de vigência, completados no último 22 de março, a Lei Maria da Penha ainda não dispõe de uma avaliação mais atualizada sobre os seus reais efeitos na sociedade. Os únicos dados coletados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) referem-se aos oito meses iniciais de aplicação da nova lei.

Nesse período, foram instaurados 32.630 inquéritos policiais pelas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), embora essa estatística envolva cerca de metade das 407

Deams existentes em todo o país. A criação de 47 juizados ou varas especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em várias localidades do país, nos moldes da nova legislação – ainda que considerado um número pequeno – rendeu a instauração de 10.450 processos criminais em pelo menos 20 deles (os que responderam à pesquisa) e o deferimento de 5.247 medidas protetivas.

Porém, o que chamou mais a atenção foi o baixo número de prisões preventivas decretadas (77 ao todo). “É muito pouco”,

lamentava a antropóloga Alinne Bonetti, consultora do Observatório da Lei Maria da Penha e uma das coordenadoras da pesquisa. Esse é um indicador que vem sendo avaliado pelas organizações de mulheres como uma das comprovações da resistência de alguns juizes em aplicar a lei. O dado mais animador é o das prisões em flagrante, 864 no período analisado, com médias mais elevadas no Nordeste e no Centro-Oeste. A menor foi no Sudeste, exatamente onde se concentra a maior parte da população do país (veja quadro abaixo).

Avaliação da Lei Maria da Penha nos oito meses iniciais de vigência

(outubro de 2006 a maio de 2007)

Grandes regiões	PROCESSOS		MEDIDAS PROTETIVAS		PRISÕES EM FLAGRANTE		PRISÕES PREVENTIVAS	
	Nº de processos instaurados	Média por juizado/vara	Nº de medidas protetivas adotadas	Média por juizado/vara	Nº de prisões efetivadas	Média por juizado/vara	Nº de prisões	Média por juizado/vara
Norte	1803	601	575	192	178	59	13	4
Nordeste	369	369	110	110	121	121	7	7
Centro-Oeste	3501	1751	1723	862	223	112	28	14
Sul	1783	446	1632	408	256	64	22	6
Sudeste	2994	299	1207	121	86	9	7	1
Total Brasil	10450	523	5247	262	864	43	77	4

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)

PEDOFILIA Senadores vão investigar o uso da internet na disseminação do crime contra crianças e adolescentes



Demostenes (E), Magno Malta e Tuma, da CPI da Pedofilia: internet também é usada para combater o crime, como a campanha do blog *Jovens: o Alvo e a Seta* (acima)

CPI toma por base operação da PF

A Operação Carrossel da Polícia Federal (PF), realizada em 20 de dezembro passado, será o ponto de partida para as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, instalada na última terça-feira no Senado. A informação é do senador Magno Malta (PR-ES), que propôs a CPI e foi eleito seu presidente. A

grande contribuição da CPI, segundo ele, será tipificar o crime de pedofilia no país.

Com as investigações iniciadas em agosto de 2007, a operação da PF teve como objetivo reprimir a prática de pedofilia na rede mundial de computadores em 14 estados e no Distrito Federal. A Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da instituição con-

seguiu localizar fotografias e vídeos com conteúdo pedófilo que estavam sendo oferecidos para cópia por usuários de programas de troca de arquivos.

Os policiais mapearam os endereços das máquinas utilizadas (o IP – Internet Protocol) para compartilhamento do material pornográfico e identificaram cerca de 3.800 acessos em 78 países, que

foram avisados por meio da representação da Interpol no Brasil. Durante a operação, três pessoas foram presas em flagrante. Em Fortaleza, um homem foi detido quando baixava um DVD com cenas de pedofilia e, em São Paulo, outros dois homens foram presos cometendo o mesmo crime.

Segundo o delegado Adalton Martins, a Operação Carrossel foi

a primeira de combate à pedofilia realizada a partir de informações obtidas com tecnologia da corporação, por meio de um programa nacional de rastreamento. Nas operações Anjo da Guarda 1 e 2, em 2005, e Azahar – nome árabe que significa flor de laranjeira, uma referência à pureza das crianças –, em 2006, as denúncias surgiram na Espanha.

Relator deve propor colaboração internacional

Além de elaborar um mapa da pedofilia no Brasil, a CPI criada para investigar o uso da internet na disseminação desse tipo de crime deverá propor mecanismos de colaboração internacional para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, afirmou o senador Demostenes Torres (DEM-GO), que foi indicado relator da comissão. Ele disse que apresentará à CPI projeto determinando a prisão temporária de pedófilo já condenado em outro país.

Segundo Demostenes, a proposta se enquadra na chamada Difusão Vermelha – lista de criminosos procurados pela Interpol, organização policial internacional, que conta com a participação de 186 países.

– O Brasil está se tornando um paraíso de pedófilos de outros países, pois, mesmo quando localizados aqui, não podem ser presos e acabam fugindo – disse.

O relator, que teve seu plano de trabalho aprovado pouco depois

da instalação da CPI, propõe três linhas de ação: pedidos de informações e de assessoramento a órgãos ligados ao combate à pedofilia, realização de oitivas e visitas aos estados para inspeções e tomadas de depoimentos. Na reunião da última quarta-feira, foi aprovado requerimento convidando o diretor da SaferNet, Thiago Tavares, a falar à CPI (veja à direita, abaixo).

O presidente da CPI, Magno Malta, relatou encontro com Luis Fernando Correia, diretor-geral da PF, que subsidiou a elaboração da proposta anunciada por Demostenes. Ele ainda designou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para auxiliar o relator na elaboração de propostas de instrumentos de combate a crimes cibernéticos praticados em nível internacional. Azeredo é autor de substitutivo a projetos que tipificam crimes cometidos com o uso da informática e fixam penas para os diversos delitos.

Para o vice-presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PTB-SP), a criação do colegiado reflète a indignação do Senado diante do grande número de notícias sobre casos de abusos sexuais contra crianças.

Na reunião de quinta-feira passada, Carlos Eduardo Sobral, delegado da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, afirmou que a falta de uma legislação que regule o serviço de internet no Brasil é um dos principais obstáculos à repressão da pedofilia. Para reverter essa situação, Magno Malta manifestou a disposição da CPI de apresentar um “pacote antipedofilia” ainda no curso dos trabalhos da comissão.

Carlos Sobral frisou que as medidas a serem adotadas no país devem estar articuladas com as legislações de outros países. Ele destacou a importância de o Brasil aderir à Convenção Internacional sobre o Cibercrime, a Convenção de Budapeste.

Propostas enfrentam dificuldade de avanço

Até agora, apenas um dos cinco projetos sugeridos pela CPI Mista da Exploração Sexual virou lei. A proposta, transformada na Lei 11.577/07, obriga a afixação de cartazes em estabelecimentos comerciais – hotéis, postos de gasolina e casas noturnas, por exemplo – com o alerta de que a exploração sexual e tráfico de menores são crimes e apontando meios para denúncia.

A CPI, que foi presidida pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), tem outros três projetos de sua iniciativa que alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e, aprovados na Câmara, tramitam agora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

O PLS 254/04 tipifica como crime fotografar ou filmar, disponibilizar ou facilitar o acesso às cenas de sexo explícito ou pornográficas, envolvendo criança ou adolescente na internet.

Outra iniciativa da CPI foi o PLS 255/04, que prevê multa e, em caso de reincidência, o fechamento – por até 15 dias ou definitivamente – de hotel, pensão ou motel que hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização destes ou da autoridade judiciária. Assim como o PLS 254/04, será relatado por Serys Slhessarenko (PT-MT), que já ouviu o apelo de Patrícia Saboya pela aprovação das matérias.

Também aguarda análise o

PLC 35/07, que acrescenta artigo ao Código de Processo Penal para prever regras especiais para laudo pericial e psicossocial nos crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.

O único projeto da CPI ainda na Câmara é o PLS 253/04, que altera o Código Penal para tipificar os crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual e o tráfico de pessoa para o fim de exploração sexual. Desde março de 2005, a análise da proposta no Plenário daquela Casa vem sendo adiada, mesmo após os apelos feitos pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aos presidentes Severino Cavalcanti, Aldo Rebelo e Arlindo Chinaglia.

Denúncias de pedofilia na internet



2006

121.635 referentes a 17.148 páginas

2007

267.470 referentes a 38.760 páginas

Aumento de **126%**

98% das páginas estão hospedadas em provedores fora do Brasil

90% das denúncias referem-se a material de pornografia infantil no Orkut

US\$ 5 bilhões – é a quantia aproximada movimentada anualmente pela pornografia infantil virtual, segundo estudos da Interpol (organização internacional que ajuda na cooperação de polícias de diferentes países).

Combate também é pela rede

Se é pela internet que a pedofilia vem sendo amplamente difundida, é também na rede mundial de computadores que estão reunidos esforços para combater o crime. O site www.censura.com.br é responsável pela Campanha Nacional de Combate à Pedofilia na Internet e já conseguiu identificar e catalogar, desde 2002, mais de 6 mil denúncias.

No endereço www.denunciar.org.br, a SaferNet Brasil também aposta no combate ao uso indevido dos serviços da rede, em especial o aliciamento, produção e difusão de imagens de abuso sexual de crianças e adolescentes.

A associação trabalha em parceria com o Ministério Público Federal por meio da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, um serviço anônimo de denúncias que recebeu, somente em 2008, 35.049 denúncias de pornografia infantil na internet, ou seja, 500 denúncias por dia, registradas até o último dia 10 de março.

Um levantamento da ONG revela que o número de denúncias de pedofilia na rede aumentou 126% entre 2006 e 2007 no país, passando de 121.635 casos referentes a 17.148 páginas com esse tipo de conteúdo para 267.470 sobre 38.760.

O presidente da SaferNet, Thiago Tavares, informa que o Brasil ocupa o segundo lugar em número de denúncias contra a pedofilia na internet, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. As denúncias, disse ele, apontam para um dado curioso: 98% desses sites estão hospedados em provedores fora do Brasil, mas são alimentados por criminosos brasileiros, e desses, 90% referem-se ao Orkut, site de relacionamentos com perfis e comunidades virtuais.

O blog www.brasilcontraa-pedofilia.wordpress.com, iniciativa de uma comunidade no Orkut chamada Hackers Contra a Pedofilia e outras comunidades, divulga o Disque 100, para denúncias de casos de exploração sexual infanto-juvenil no país.

PLENÁRIO



Dilma Rousseff (E) pode ter que se explicar no Congresso, como defendem Simon e Heráclito



J. FREITAS

Senadores querem que Dilma explique dossiê

Os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediram que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, preste explicações ao Congresso sobre o vazamento de informações relativas a gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e da ex-primeira-dama Ruth Cardoso com cartões corporativos.

Na sexta-feira, o jornal *Folha de S. Paulo* denunciou que teria partido da secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, braço direito de Dilma, a ordem para a organização de um dossiê com despesas realizadas pela gestão tucana a partir de 1998. No mesmo dia, ao negar a existência de um dossiê, a ministra disse estar sendo produzido um banco de dados sobre gastos do governo Lula e de governos anteriores.

Heráclito sugeriu que Dilma deveria “madrugar” no Congresso nesta segunda-feira a fim de “esclarecer que não tem culpa no episódio”. Para ele, a ministra deveria comparecer ao Congresso e pedir para ser ouvida na CPI dos Cartões Corporativos. Quatro re-

querimentos pedindo a presença dela foram rejeitados pela CPI na quarta-feira (veja página 15).

O senador lamentou o que chamou de tática do uso de dossiês, que atribuiu aos “alopradados do PT”. Ele defendeu a investigação do caso pela Polícia Federal.

– Dossiê toda vez dá problema. Jogam um cesto de pedras para cima e esquecem-se de sair de baixo. Os alopRADADOS trabalham no submundo. É a frigideira do Palácio.

Já Arthur Virgílio afirmou que, se os parlamentares da CPI, de maioria governista, insistirem em dizer que não é necessário ouvir a ministra, a oposição terá que se reunir e decidir o que fazer. Ele lembrou que uma das possibilidades é criar uma CPI apenas no Senado sobre os cartões.

De acordo com o senador, se Dilma não se apresentar à CPI, estará não apenas menosprezando o Congresso, mas também admitindo culpa no episódio. Para ele, a ministra já está “ferida”. O

que é preciso saber, disse ele, é se a ferida é “fatal” ou não.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também defendeu o comparecimento de Dilma ao Congresso.

– A ministra, por quem tenho muito respeito, poderia vir ao Congresso. Não digo que ela precisaria vir a uma CPI, mas ao gabinete da Presidência do Congresso – afirmou o senador à Agência Senado.

Simon avaliou que a denúncia feita pelo jornal “é muito séria e merece uma resposta do governo”. Ele ressaltou que “fazer o levantamento das

contas do ex-presidente é normal; o que não é normal é impedir a divulgação das contas do atual presidente”.

O senador acredita que a denúncia seja resultado de um conflito interno no governo e que “talvez haja diversas alas do governo brigando entre si, com algumas se mobilizando para queimar a eventual candidatura da ministra” à Presidência.

Auxiliar de Dilma teria organizado dossiê sobre gastos de FHC

Simon: Congresso perde credibilidade

Segundo Pedro Simon (PMDB-RS), o Congresso perdeu credibilidade devido ao excesso de medidas provisórias “que impedem o Legislativo de legislar”, às CPIs “que não investigam” e à sucessão de escândalos de corrupção.

– Estamos no rodapé das pesquisas de opinião – afirmou o senador na sexta-feira.

Para Simon, as MPs “usurpam há muito tempo o direito de legislar dos parlamentares”, permitindo ao governo federal substituir

o Congresso na produção de leis. Essas medidas, sugeriu, deveriam ser devolvidas ao Executivo quando não cumprirem as exigências constitucionais de relevância e urgência.

Em relação às CPIs, Simon disse que há nessas comissões disputas com apenas dois lados: uma a favor e outra contra o governo, “não importando se a questão é favorável ou não à população”.

Sobre os escândalos que prejudicam a imagem do Congresso,

Simon recordou os mais recentes, como o do “mensalão”, o das “sanguessugas”, e o que envolveu o ex-presidente do Senado Renan Calheiros. Segundo ele, “nesse último caso, a ética foi escondida em votações secretas, o que arrastou o Senado para uma triste realidade”.

Simon frisou que acontecimentos como esses reforçam os argumentos dos que defendem o fim do Senado, com a criação de um Congresso unicameral.

Mesquita Júnior critica ação do presidente

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) acusou o presidente Lula de ser o responsável pela desmoralização do Congresso. Segundo ele, há uma ação “articulada, deliberada e planejada” de denegrir a imagem do Poder Legislativo, que teve início com a instituição do “mensalão”, e que continua com a “enxurrada” de medidas provisórias.

– A quem interessa a desmoralização do Congresso? Interessa a quem hoje exerce, e com grande reconhecimento popular, a chefia do Poder Executivo. É uma tentativa que por vezes se mostra forte, mas, aos poucos, vem encontrando uma resistência dentro do Congresso – assinalou.

Para Mão Santa, aprovação de Lula é questionável

O governo do presidente Lula necessita de credibilidade para convencer a sociedade sobre os reais números da aprovação do chefe da nação. A avaliação foi feita pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), referindo-se a notícias de que Lula teria hoje a maior aprovação popular desde 2003. Ele questionou a razão da euforia do governo, ao argumentar que o presidente tem apresentado um mau desempenho em setores como segurança, educação, saúde e infra-estrutura.

– Eu votei em Lula com a certeza de que ele faria, por exemplo, a conclusão de obras inacabadas por outros governos no Piauí, mas ele mentia o tempo todo.

Adelmir defende rejeição de mudanças no Sistema S

A proposta do governo federal que altera a forma de gestão dos recursos do Sistema S – conjunto de entidades privadas de serviço social e formação profissional como o Senai, Sesc, Senac e outras – foi criticada pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF). Ele conclamou o Senado a rejeitar o projeto lançado, na quinta-feira passada, pelo ministro da Educação,

Fernando Haddad, que cria o Fundo Nacional de Formação Técnica e Profissional, objetivando aumentar o número de vagas gratuitas oferecidas em entidades do sistema.

– Tenho certeza de que aqui, com o nosso trabalho, haveremos de rechaçar qualquer alteração visando estatizar uma coisa que vem dando certo nos últimos 60 anos – ressaltou.

Inácio Arruda comemora 86 anos do PCdoB

O aniversário de 86 anos de criação do Partido Comunista do Brasil foi comemorado na terça-feira passada pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que chamou a atenção para a nova orientação

estratégica do partido de lançar candidaturas próprias para as eleições deste ano.

Na quinta-feira, o senador recebeu Kim Thae Jong, chefe da delegação do Partido do Trabalho da Coreia do Norte.

Renan propõe benefício para policiais

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei de Renan Calheiros (PMDB-AL) que busca garantir o atendimento psicossocial aos

policiais e a seus familiares. O senador resalta que a situação de estresse a que estão submetidos esses servidores atinge as famílias dos policiais.

JORNALISTA – O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do jornalista Sérgio de Souza. Ele mencionou a importância da atuação do jornalista em diversos veículos de comunicação, citando em especial seu trabalho na revista *Caros Amigos*.

– Sérgio de Souza foi um grande exemplo – frisou.

POSSE – O primeiro suplente da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Virgínio José de Carvalho Neto, tomou posse no cargo na quarta-feira passada, por volta das 17h. A senadora pediu licença do cargo para a realização de uma cirurgia. Após ler o termo de posse, Virgínio Carvalho apresentou requerimento em que informa integrar a bancada do Partido Social Cristão (PSC).

Senado homenageia Luiz Viana Filho

O centenário de nascimento do senador Luiz Viana Filho (1908-1990), que presidiu o Senado de 1979 a 1981, foi comemorado em sessão especial na quarta-feira.

A solenidade – iniciativa do 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), apoiada por diversos senadores – foi aberta pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves. Participaram da homenagem a diretora da Biblioteca do Senado Acadêmico Luiz Viana Filho, Simone Bastos Vieira, e

os netos do homenageado, Luiz Viana Neto, Henrique Viana e Alberto Pinho Queiroz Filho.

Nascido em Paris, mas registrado em Salvador no dia 26 de março de 1908, Viana foi advogado, escritor, professor, historiador e político. Desde a adolescência, escrevia em jornais da Bahia. Além de obras jurídicas e históricas, suas biografias renderam-lhe o título de “príncipe dos biógrafos brasileiros”.

Na política, além de gover-

nador da Bahia, foi deputado federal e ministro. Morreu em 1990, no exercício do segundo mandato de senador.

Garibaldi considerou que a maior homenagem que a Casa poderia oferecer a Viana, “um amante dos livros”, seria dar seu nome à biblioteca.

A vida e a obra de Viana podem ser conhecidas na página da biblioteca na internet: www.senado.gov.br/sf/biblioteca/acer-vo/LVF100/default.shtm



César Borges foi um dos que subiram à tribuna para lembrar os méritos do ex-senador Luiz Viana Filho, falecido em 1990

JOSÉ CRUZ

INVESTIGAÇÕES Governo derruba quatro requerimentos de convocação da ministra Dilma Rousseff para depor



Senador Arthur Virgílio defende aprovação de requerimentos, rejeitados com os votos em bloco da bancada governista na comissão

Impasse na CPI dos Cartões deve prosseguir nesta semana

O clima tenso registrado na sessão em que a CPI Mista dos Cartões Corporativos rejeitou quatro requerimentos para convocar a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, deverá permanecer nesta semana, com o acirrado embate entre governistas e oposicionistas em torno da quebra de sigilo dos gastos efetuados com cartões pela Presidência da República.

A decisão sobre os pedidos de depoimento de Dilma Rousseff foi tomada depois de mais de três horas de discussão. Eles foram rejeitados, em bloco, por 14 votos contrários e 5 favoráveis. Parlamentares do governo não apoiaram a convocação e a oposição votou favoravelmente.

Antes da votação, o relator da CPI, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), encaminhou pela rejei-

ção do requerimento. Para ele, a oposição desejava somente "apequenar a atuação da ministra Dilma". Ainda segundo Luiz Sérgio, Dilma Rousseff "precisa continuar prestando serviço ao país, gerenciando o Programa de Aceleração do Crescimento [PAC]".

– O centro da discussão é a disputa política sobre a figura de quem conduz o mais brilhante programa do governo – afirmou o relator.

A reunião da CPI mista foi marcada por longos debates entre governistas e oposicionistas. O senador Almeida Lima (PMDB-SE) discutiu com veemência com dois senadores da oposição, Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

A presidente da CPI, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), con-

siderou a reunião "péssima".

– Tínhamos uma pauta, não pudemos votar. A situação usou de todos os caminhos para postergar qualquer tipo de votação. A esta presidência cabe apenas comandar o processo, mas frustra quem quer trabalhar. A pior coisa é se sentir impotente, porque não conseguimos fazer avançar o que é importante para o país. – lamentou a presidente da CPI.

A senadora anunciou então que, diante da situação, decidiu suspender a reunião da CPI que ocorreria na quinta-feira passada, em que seriam ouvidos os ministros do Esporte, Orlando Silva, e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin.

– Desconvidarei os dois convidados porque, para ter uma reunião desse tipo, não vale a pena – disse Marisa.



Marisa Serrano, entre os deputados Luiz Sérgio, relator, e Marcelo Melo, vice-presidente: CPI necessita de documentos

Para Marisa, ausência de Dilma vai prejudicar trabalhos da comissão

A presidente da CPI dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano, considera que a oposição precisa mudar a estratégia se quiser aprovar requerimentos, mas observa que essa decisão cabe aos líderes partidários. Para ela, os trabalhos da comissão até agora não foram uma perda de tempo, pois os cidadãos que os acompanham estão conhecendo como cada parlamentar se posiciona e estão formando seu próprio juízo a respeito do assunto.

Marisa lamentou que o requerimento de convocação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tenha sido rejeitado. O depoimento da ministra, na sua opinião, seria "fundamental", uma vez que chefia o setor responsável pelo manuseio dos

documentos que a CPI precisa investigar. Para a senadora, é muito difícil entender que deputados e senadores não tenham acesso a informações que são manuseadas por funcionários do Palácio do Planalto e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Marisa lembrou que a sua função como presidente da CPI é garantir que os integrantes tenham acesso a documentos que os ajudem a interpelar as autoridades convocadas.

– Eu quero reafirmar que, por melhor que seja a autoridade que venha aqui, a fala dela por si só não vai embasar o relatório do relator. Se você não tem documentos, você não avança. O que vale para a CPI é o que é discutido e votado nela. Se não se discutiu e não se votou aqui, não vale.

Relator diz que FHC não deve opinar sobre gastos

O relator da CPI dos Cartões Corporativos, deputado Luiz Sérgio, disse que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso não opina sobre os gastos que foram e são feitos em segurança e alimentação.

– A CPI não está apurando contas pessoais de ninguém e o ex-presidente FHC não é a instituição Presidência da República. Ele confundiu as coisas. Do tempo em que ele foi presidente, suas contas pessoais são problema dele, ele faz o que bem entender. No período em que ele esteve na Presidência, o que a instituição gastou no que se refere a segurança, alimentação, não é da conta dele, é da conta da instituição Presidência da República. Sobre esse fato, ele é ex-presidente e não opina – afirmou.

O relator assinalou que o seu planejamento é ouvir primeiro as pessoas entendidas em segurança nacional, como os generais Jorge Félix e Alberto Cardoso, além do diretor da Agência Brasileira de Inteligência, Paulo Lacerda. Depois disso é que, segundo Luiz Sérgio, a CPI deve deliberar sobre matéria referente a sigilo, como o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU).

General se diz em férias e pode ser convocado

O ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Félix, somente poderá ser ouvido pela CPI dos Cartões Corporativos a partir de 7 de abril, já que se encontra em férias no exterior. Foi o que ele informou, em ofício, à presidente da comissão, senadora Marisa Serrano.

Os parlamentares pretendem ter acesso a dados sigilosos de gastos com cartões corporativos feitos por funcionários da Presidência. Os deputados e senadores da base do governo aprovaram a convocação de Jorge Félix por defenderem que requerimento de quebra desse sigilo só deve ser votado depois de os parlamentares ouvirem o ministro sobre se há ou não necessidade de esses dados serem trazidos a público.

Marisa Serrano destacou que foi enviado ao ministro um convite ao ministro para comparecer na quinta-feira passada, convite esse que, por não ter sido atendido, se transformou em convocação, conforme acordo firmado pelos membros da CPI.

– Acredito que um convite de uma CPMI teria que se sobrepor a férias de qualquer servidor. As férias não podem ser justificativa para não comparecer. Imagine se um juiz marca hora e local de uma audiência e a pessoa diz que não vai porque está de férias? Isso não existe – afirmou Marisa Serrano.

Senador quer saber por que Dirceu usou carro em Madri

Em reunião da Comissão Diretora, na quinta-feira, foram aprovados 66 requerimentos de senadores, 47 dos quais pedindo ao governo informações pormenorizadas sobre gastos com cartões corporativos.

Um dos requerimentos acolhidos, de Alvaro Dias (PSDB-PR), pede informações à embaixada do Brasil em Madri sobre um carro que teria sido colocado à disposição do ex-ministro José Dirceu.

Dos requerimentos sobre cartões, 38 são do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Alvaro Dias apresentou nove. Na lista de autoridades que devem enviar informações estão, entre outros, Dilma Rousseff (Casa Civil), Jorge Félix (Gabinete de Segurança Institucional), Luiz Dulci (Secretaria Geral), Franklin Martins (Comunicação Social), José Múcio Monteiro (Relações Institucionais), José Antônio Toffoli (Advo-

cacia Geral da União) e Jorge Hage (Controladoria Geral da União).

Foram também aprovados quatro requerimentos de Alvaro solicitando informações ao ministro da Educação sobre os gastos da Universidade de Brasília (UnB). Outros requerimentos pedem informações sobre viagens de ministros de Estado em aviões da FAB; a compra da empresa aérea VarigLog pelos Correios; denúncia de recebimento de ajuda de custo e auxílio-moradia irregulares por parte do ministro da Secretaria Especial de Portos e do secretário-executivo do Ministério da Fazenda; e contrato firmado entre o Banco do Estado do Piauí e o Banco do Brasil.

Virgílio também protocolou no Palácio do Planalto documentos para ter acesso a dados sobre despesas do gabinete pessoal da Presidência, o que inclui o período em que o próprio senador foi ministro da Secretaria Geral.

COMISSÕES



Mailane Lima, com o filho Victor, na Estrutural, em Brasília: migração altera população das cidades

Números do IBGE geram controvérsia

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, ouviu críticas dos senadores por causa do resultado da contagem populacional concluída no ano passado. Em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), parlamentares duvidaram da diminuição da população em muitas cidades, fato que provoca perda de receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) agora em 2008.

Eduardo Nunes explicou que o país convive com importantes movimentos migratórios, que resultaram na redução populacional e conseqüente queda na parcela do FPM de 444 cidades. Mas salientou que a contagem mostrou aumento da população e de renda em outros 1.700 municípios.

O número de habitantes é parâmetro de partilha dos recursos desse fundo constitucional, formado por 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Outro parâmetro é o volume

de receitas arrecadadas com esses dois tributos em cada município. Os cálculos de partilha são feitos anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Ao levantar a possibilidade de erros na contagem, Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que o IBGE aponta queda populacional em municípios onde outros indicadores mostram tendência contrária, com aumento da demanda por serviços de saúde e crescimento econômico local. Eduardo Nunes também foi questionado por César Borges (DEM-BA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que criticou a inflexibilidade do IBGE e citou o município de Simão Dias (SE), que pediu revisão da contagem.

Sobre os cál-

culos que definem a partilha dos royalties sobre a exploração de petróleo e de gás natural – preocupação de Aloizio Mercadante (PT-SP) –, o presidente do IBGE disse que “não há chance de erro”, e lembrou que os critérios são previstos em lei.

A pedido de Tasso Jereissati (PSDB-CE), a CAE realizará nova audiência pública com Eduardo Nunes para tratar dos critérios do instituto para realizar a contagem populacional.



Eduardo Nunes voltará à CAE para explicar os critérios do IBGE para a contagem populacional

Concentração de renda cai de forma lenta

Embora detenha a 10ª maior economia do mundo, o padrão de concentração de renda no Brasil ainda equivale ao dos países mais pobres e desiguais, afirmou o presidente do IBGE, Eduardo Nunes.

– Estamos ao lado do Japão, da Espanha e da Coreia quando se trata de indicadores econômicos, mas nos assemelhamos a países como Malawi, Zâmbia e Zâmbia em termos de indicadores sociais, como grande concentração de renda – comparou.

O índice de concentração de renda no Brasil vem caindo, mas de forma ainda lenta, observou Nunes, segundo o qual os 10% da população mais rica, formada por 18 milhões de pessoas, detêm riqueza 18 vezes maior que a dos 40% mais pobres

– que comporta 70 milhões de brasileiros.

O presidente do IBGE apresentou um perfil atualizado do país, baseado em indicadores econômicos, sociais e demográficos. A economia, disse, cresceu 5,4% em 2007 contra 3,8% registrados em 2006, sobressaindo a participação do setor agropecuário, que evoluiu 5,3% em 2007. Ele salientou o aumento no consumo das famílias nos últimos quatro anos, resultante do crescimento da massa de salário real. E chamou a atenção para a ampliação dos investimentos no país.

– Observamos que o PIB cresceu mais de 5%, estimulado

pela expansão da demanda interna e pela ampliação de investimentos, que fortalecem a capacidade produtiva do país – assinalou.

Ele destacou ainda a progressiva queda na taxa de fecundidade, que chegou à média de 1,9 filho por família em 2006. Apontou para a queda na taxa de mortalidade infantil, com declínio de 79,9% de 1950 a 2006.

E exibiu dados sobre aumento na expectativa de vida, hoje de 72 anos. Em resposta ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), Eduardo Nunes admitiu que o Brasil registra uma taxa muito elevada de analfabetos funcionais (23%).

Indicadores sociais do país se assemelham a Malawi, Zâmbia e Zâmbia

Seminário apresenta retrato do setor portuário do país

A conclusão do Seminário Legislativo de Portos, Integração Multimodal e Comércio Exterior, realizado na última terça-feira, é de que há enorme espaço para o Brasil se destacar no mercado exportador e não há risco de um apagão na infra-estrutura portuária. O encontro integrou as comemorações pelos “200 anos da abertura dos portos brasileiros às nações amigas”.

Segundo o consultor de logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antônio Fayet, o Brasil

deverá deter, em 2017, 60% do mercado internacional de commodities (produtos comercializados internacionalmente em grande escala), como açúcar, café, suco de laranja, soja, carne bovina, entre outros. Fayet observou que o setor privado está ávido por investir em infra-estrutura portuária para escoamento da produção.

Não é necessário privatizar os portos para garantir eficiência, afirmou, por sua vez, o ministro da Secretaria Especial de Portos,

Pedro Brito, na solenidade de abertura do seminário. O ministro informou que o governo tem adotado medidas com a finalidade de tornar os portos auto-suficientes.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, sublinhou a importância do sistema portuário e considerou que o país cometeu um erro estratégico ao priorizar o sistema de transporte rodoviário nas últimas décadas. O presidente da Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística,

dom Galdino Cuchiaro, criticou a “civilização do carro”.

Já a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a importância da chegada ao Brasil da família real portuguesa, em 1808, pela nova perspectiva de comércio e reconhecimento internacional para o país. Na opinião do chefe da Casa Imperial, dom Luís Gastão de Orléans e Bragança, a vinda da família real portuguesa ao Brasil representou o início do pleno desenvolvimento do país.

Encontro celebrou os 200 anos da abertura dos portos brasileiros

Especialista espanhol critica corporativismo de professores

Especialista no acompanhamento da reforma educacional da Espanha, o professor Mariano Engüita, da Universidade de Salamanca, recomendou ao Brasil que evite o erro cometido em seu país: permitir que os professores exijam sempre os melhores salários sem se comprometer com a melhoria da qualidade do ensino. Mesmo após a redemocratização espanhola, disse, os professores mantiveram a postura adotada durante a ditadura franquista, quando existia um “péssimo sistema educativo”.

– Os professores assumiram a linguagem dos sindicatos e achavam sempre que podiam pedir mais dando menos. Atualmente, os professores da Espanha estão entre os mais bem pagos da Europa, mas ainda transmitem uma imagem catastrófica e apocalíptica da situação da educação no país – comentou Engüita durante o

painel “Políticas Educacionais na Espanha e no Brasil”, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Logo após a abertura do painel, que contou com a presença do presidente do Senado, Garibaldi Alves, Engüita analisou a reforma espanhola, com ênfase nos esforços pela garantia de igualdade de oportunidades para os alunos e de estímulo à inovação.

O representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Vincent Defourny, afirmou que o desafio é garantir educação de qualidade para todos. Já o professor da Universidade de Brasília (UnB) Antonio Ibañez elogiou a adoção pela Espanha dos centros de formação continuada dos professores. Presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a reforma espanhola é exemplo de “salto na educação”.



Cristovam Buarque (E) ouve a exposição de Mariano Engüita sobre os resultados da reforma educacional feita pela Espanha

Voz do Leitor

EDUCAÇÃO

“Sobre o especial de educação, publicado na edição 2.761/163, gostaria de comentar e sugerir algumas coisas: 1. Os números apresentados na página 3 dão uma idéia errada da realidade ao se dizer que 75% das verbas para a educação vão para o ensino superior. Na realidade, 75% do que sobra para a União após os repasses constitucionais para estados e municípios é que vão para o ensino superior. Em 2004, por exemplo, foi gasto 0,8% do PIB com o ensino superior, enquanto 3,3% foram gastos com os outros níveis. Da forma como colocaram ficou muito tendencioso. 2. Gostaria de sugerir um especial sobre a educação superior para mostrar o grande gargalo em que nos encontramos, com um abuso de medidas provisórias para reformar esse nível de ensino (ProUni, Sinaes etc.), com uma proposta de reforma universitária que, de tão fraca, não tramita no Congresso, além de medidas populistas do governo. Como o Reuni, que vem para expandir a universidade pública, apesar de não ter recursos suficientes. Em adicional, vemos que agora está na mídia a triste relação entre universidades e fundações.”

Roberto Alves Braga Jr., de Lavras (MG)

CARTÃO CORPORATIVO

“Lula foi eleito duas vezes com meu voto. Antes de confirmar a minha escolha na urna eletrônica lembro-me que pensei: ‘Lula, só tenho um pedido para fazer: não roube e não deixe outros roubarem’. Hoje vemos essa situação absurda. Considero sensato exigir uma lei que limite de vez os valores a serem gastos com os cartões corporativos. Parabéns aos senadores pela luta em defesa

da moralidade, e meus agradecimentos aos que fazem o **Jornal do Senado** pelo eficiente trabalho na divulgação da verdade.”

Licínio Fernandes de Medeiros, de Caicó (RN)

MEIO AMBIENTE

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei que obrigue os parlamentares a cuidarem com responsabilidade do meio ambiente nos municípios representados por eles no Congresso Nacional.”

João Bosco Regis, de Belo Jardim (PE)

RIGOR

“Será que algum dia teremos o privilégio de ver as seguintes proposições transformadas em leis? 1. Os corruptos terão seus mandatos cassados, seus bens confiscados, serão definitivamente banidos da política e irão para a cadeia. 2. Para pleitearem algum cargo na política, os candidatos deverão prestar concurso público com escolaridade exigida para cada função (no mínimo o ensino médio completo para o cargo de vereador). No concurso, os candidatos farão provas de matemática, português e conhecimentos específicos. 3. O candidato a cargo no Executivo só assumirá após uma ampla auditoria no órgão que irá administrar. Acredito que assim o Brasil, em pouco tempo, se transformará em um país de Primeiro Mundo.”

Jonas Terra, de Tucano (BA)

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

“Sugiro que as prefeituras acabem com a taxa de iluminação pública, mas que não criem outro imposto para suprir a taxa, como costuma ocorrer.”

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

ambiente legal

Reichstag verde

Na mesma semana em que o Senado anuncia plano de plantio de árvores para compensar as emissões de gases decorrentes de atividades da Casa (ver página 19), o Parlamento alemão (Reichstag) informa que, a partir do final do verão europeu, o edifício

passará a utilizar fontes “verdes”, como água, vento e sol, substituindo o uso de energia convencional. No final dos anos 1990, o Parlamento alemão foi reformado e ganhou uma cúpula de vidro que ajudou a reduzir em 94% sua emissão de carbono.

O valor do cochilo

Tirar um cochilo durante o expediente melhora a produtividade. Estudo da Universidade de Dusseldorf, na Alemanha, mostra que um cochilo de apenas seis minutos tem o mesmo efeito positivo sobre a performance mental e a memória que uma noite de sono completa.



A cidade de Boston, nos EUA, proibiu os restaurantes de servirem alimentos ou bebidas contendo gordura trans artificial ou óleos parcialmente hidrogenados, que aumentam o risco de doenças cardíacas. Medida idêntica foi adotada em diversos outros municípios, como Nova York e Filadélfia.

Compromisso europeu

Os chefes de Estado da União Européia se comprometeram, na semana passada, a aprovar até o final do ano um pacote de medidas na luta contra as mudanças climáticas. O presidente rotativo do Conselho Europeu, Janez Janša, disse que a União Européia

prestará “atenção específica à possível transferência de empresas para países com normas ambientais mais flexíveis, capaz de gerar duplo efeito negativo: aumento do desemprego na Europa e de emissões causadoras do efeito estufa em outros países.

CELULAR E SAÚDE - A radiação emitida pelos telefones celulares pode afetar o sono, de acordo com estudo feito pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos EUA. Constatou-se que todas as fases do sono foram atingidas. A pesquisa mostrou ainda que as pessoas que dormem próximas ao celular sofrem mais dores de cabeça.

O ALERTA DO SENADOR - Lembrando o Dia Mundial de Combate à Tuberculose, celebrado em 24 de março, o médico e senador Augusto Botelho (PT-RR) advertiu que a doença vem crescendo em todo o mundo. Augusto observou que, se adequadamente tratada, a tuberculose (que mata 6 mil brasileiros por ano) apresenta índice elevado de cura; contudo, a interrupção do tratamento gera forma mais grave da doença, de difícil cura.

Frases

“Dossiê toda vez dá problema. Jogam um cesto de pedras para cima e se esquecem de sair de baixo. Os aloprados trabalham no submundo. É a frigideira do Palácio”

Heráclito Fortes, sobre dossiê com informações sobre o governo Fernando Henrique.

“Aconteceu o alopramento da ministra Dilma [Rousseff, da Casa Civil], para ficarmos na linguagem amena do presidente Lula”

Arthur Virgílio, sobre denúncia de que a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, foi a responsável pelo dossiê.

“O melhor para o governo seria governar sem esse clima”

Garibaldi Alves, criticando o embate entre governo e oposição.

“Acho injusto para com o país, injusto para com o Senado, nós continuarmos desprestigiando esta Casa, por brigas políticas e partidárias, prevendo quem vai ser o candidato em 2010 e quem vai ganhar. Isso é uma espécie de um jogo do war aqui dentro”

Wellington Salgado, sobre a conjuntura política.

“Não vale ele [Lula] dizer que não está em campanha, porque é inelegível e não irá disputar a eleição em 2010, pois está indicando pessoas e fazendo campanha eleitoral com dinheiro público, com avião, com gasolina e no chamado palanque do PAC”

Jarbas Vasconcelos, sobre declaração do presidente Lula de que a oposição deve “tirar o seu cavaleiro da chuva”, porque o governo vai ganhar a eleição.

“Se Lula está em campanha, eles estão fazendo o quê?”

Ideli Salvatti, para quem Lula só está respondendo à oposição.

“Recebo essa missão com temor e tremor. É degradante, assustador o quadro [de pedofilia] que registramos hoje no país”

Magno Malta, eleito presidente da CPI que investiga crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Foto da Semana

Em momento de descontração, o relator da CPI dos Cartões, deputado Luiz Sérgio (ao lado da senadora Marisa Serrano, presidente da comissão), toma sorvete de tapioca distribuído pelo deputado Vic Pires Franco em alusão à iguaria comprada pelo ministro do Esporte, Orlando Silva, com cartão corporativo. A brincadeira provocou protestos de membros da CPI, que discutia a convocação da ministra Dilma Rousseff



ANTONIO CRUZ/ABR

Música clássica em nova temporada

Mstislav Rostropovitch, com seu violoncelo, e a Orquestra Filarmônica de Londres, sob a regência de Carlo Maria Giulini, interpretam o *Concerto em si menor para violoncelo e orquestra, opus 104*, de Antonin Dvorak. Esta é atração do *Quem tem medo da música clássica?*, em nova temporada do programa da Rádio Senado que tem o ex-senador e jornalista Artur da Távola como apresentador

e comentarista das peças. O violoncelista e compositor russo Rostropovitch morreu em 2007, aos 80 anos, e ganhou fama internacional como defensor dos direitos civis durante a era soviética. Enquanto estava no exterior, em 1978, foi destituído de sua cidadania pelo Kremlin, por ter falado publicamente em defesa de seu amigo, o escritor Alexander Solzhenitsyn, e do dissidente Andrei Sakharov. Em 1990, sob

Mikhail Gorbachev, retomou a cidadania russa e voltou ao país, tornando-se um dos líderes do movimento democrático nascente no país.

Rostropovitch dividiu seus últimos anos de vida entre a Rússia, os Estados Unidos e a França. Ele e sua mulher, a soprano Galina Vishnevskaya, dirigiam uma fundação humanitária.



ELLIOTT CHARIN/FLICKR

O violoncelista e compositor russo Mstislav Rostropovitch, que morreu em 2007

O programa vai ao ar no sábado, às 10h e 18h, e no domingo, às 10h, 18h e 24h.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2



DIVULGAÇÃO

A escola de cegos mais antiga da América Latina foi fundada em 1854 por dom Pedro II na cidade do Rio de Janeiro

Instituto Benjamin Constant é tema do programa *Inclusão*

A TV Senado reapresenta o programa *Inclusão* sobre o Instituto Benjamin Constant, a escola de cegos mais antiga da América Latina, fundada em 1854 por dom Pedro II. Considerado um centro de referência nacional, o instituto localizado no Rio de Janeiro oferece educação gratuita para todos os seus 600 alunos, além de prestar atendimento oftalmológico, ambulatorial e cirúrgico à comunidade.

O programa, que vai ao ar no sábado, às 11h30 e 22h30, e no domingo, às 9h e 17h, mostra a dedicação de voluntários que lêem e contam histórias para os cegos e entrevista o músico e escritor Didi Moraes, que ficou cego aos cinco anos e conta sobre os 20 anos em que passou no educandário.

Conexão Senado discute mudanças na tramitação de medida provisória

Governo e oposição tentam fechar acordo para modificar o rito das medidas provisórias. Atualmente, as MPs acabam paralisando o trabalho do Congresso, já que 45 dias depois da edição passam a trancar a pauta da Casa onde estiverem sendo

analisadas, impedindo qualquer outra deliberação.

A polêmica sobre as medidas provisórias é o tema das entrevistas especiais do programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado transmite nesta segunda-feira, ao meio-dia.

Fique por Dentro da Lei debate busca de trabalho por adolescentes

No programa da Rádio Senado *Fique por Dentro da Lei* os especialistas Renato Mendes, da Organização Internacional do Trabalho, e Isa Maria de Oliveira, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, vão abordar

os aspectos legais relacionados à realidade de adolescentes que, estimulados pelos próprios pais por conta de dificuldades financeiras, deixam suas casas para procurar emprego em cidades grandes. A atração vai ao ar nesta terça-feira, às 8h30.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
4h45 - Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife (55), Manaus (57) e São Paulo (64).

ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico:
Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite - B1
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

SENADO

Senado irá reduzir emissões de carbono

O Senado Federal vai plantar espécies nativas da Mata Atlântica para reduzir a emissão de carbono gerada por suas atividades legislativas. O projeto, uma iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente em parceria com a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), foi celebrado em encontro que reuniu parlamentares ligados à questão ambiental e entidades do setor no gabinete da Presidência do Senado, na quarta-feira passada. No final de 2007, a Casa já havia adotado internamente medidas ecológicas por meio do programa Senado Verde.

Conforme o diretor-executivo da Abraf, César Augusto dos Reis, a associação fará um levantamento das atividades do Senado que emitem gases, como consumo de energia, uso de combustíveis pelos veículos dos parlamentares, gasto de papel e produção de resíduos. Essa fase deverá durar cerca de quatro meses. Em seguida, a associação fará o cálculo da quantidade de árvores que deverão ser plantadas. Os locais onde o plantio será feito deverão ser determinados pelo presidente do Senado.

– Uma equipe especializada irá fazer a medição de toda a atividade do Senado que emite

carbono. Depois haverá um trabalho de conscientização para que haja também mudança de comportamento da equipe da Casa, para reduzir essas emissões. Mas a grande neutralização será feita com o plantio, que será patrocinado pela Abraf, de mudas de espécies nativas em regiões da Mata Atlântica distribuídas pelo Brasil – explicou César Augusto.

A Abraf contará com o apoio da organização não-governamental SOS Mata Atlântica, que coordenou o programa de neutralização de carbono da Câmara dos Deputados em 2007.

Na ocasião, a Câmara plantou 12 mil árvores de diferentes espécies às margens do rio Tietê, em São Paulo, para reduzir o impacto de suas atividades. A ação de neutralização do carbono emitido pelo Congresso está focada na reconstituição da Mata Atlântica. Segundo o presidente da SOS Mata Atlântica, Mário Montovani, apenas 7% da mata original do país ainda são preservados.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), membro da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente, frisou que o projeto é custeado pela Abraf e pelas empresas parceiras. Ele também destacou que a iniciativa da Câmara, acompanhada agora pela do Senado, coloca o Congresso na linha de frente da neutralização de carbono no mundo.

– É um efeito didático, educativo, para que o Congresso Nacional brasileiro possa ser o primeiro do mundo a neutralizar suas emissões – assinalou.

O deputado Sarney Filho (PV-MA), outro membro da frente parlamentar presente ao encontro, também destacou a importância da atitude ecologicamente responsável do Congresso brasileiro.

– Isso vai gerar grande repercussão nacional e internacional – disse.



Lançamento do DVD do documentário *Uma verdade inconveniente*: alerta sobre o clima

Como funciona o Programa Carbono Zero

O Programa Carbono Zero consiste em retirar da atmosfera gases que causam o aquecimento do planeta – efeito estufa – a partir do levantamento das emissões de carbono geradas por um cidadão, por uma empresa ou uma instituição qualquer.

Empresas certificadas realizam o inventário dessas emissões analisando, caso a caso, as atividades desenvolvidas. Ao final do trabalho indica o número de árvores que devem ser plantadas para neutralizar parte ou o total das emissões, bem como medidas que precisam ser adotadas para controlar a longo prazo os poluentes. O trabalho, de acordo

com a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraflor), deverá estar pronto em três meses.

Na Câmara dos Deputados, o inventário da empresa Maxambial propôs o cumprimento das seguintes metas para chegar à meta do Carbono Zero: plantio de 12 mil árvores; redução de 10% do consumo de energia e de gasolina por ano; redução de 10% de viagens oficiais anuais; substituição gradual de diesel por biodiesel na frota pesada por ano; substituição total do diesel por biodiesel nos geradores de energia.

Dados do site [\[neutro.com.br\]\(http://neutro.com.br\) mostram que cada pessoa produz, anualmente, 22 toneladas de CO². Em um hectare é possível plantar 2 mil árvores, neutralizando até 400 toneladas de carbono por ano. Cinco árvores plantadas, em média, neutralizam uma tonelada de carbono anualmente.](http://www.carbono-</p>
</div>
<div data-bbox=)

As empresas habilitadas a certificar o Carbono Zero no Brasil são auditadas por um período mínimo de três anos para que não seja feito somente o plantio, mas o acompanhamento do crescimento das árvores. O chamado “seqüestro de carbono” se dá de forma mais intensa na fase de crescimento das plantas.

Presidência



Senador boliviano afirma temer por democracia em seu país

O presidente do Senado da Bolívia, Óscar Ortiz, visitou na terça-feira passada os gabinetes das principais lideranças partidárias do Senado, o Plenário e foi recebido pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. Ele veio detalhar aos parlamentares a sua preocupação com a atual crise institucional, vivida na Bolívia, entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ortiz faz oposição ao governo Evo Morales.

Acompanhado pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado boliviano,

Tito Hoz de Vila, o presidente Ortiz manifestou ao líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), a sua inquietação quanto ao futuro da democracia em seu país. Virgílio prometeu ocupar a tribuna para detalhar a atual situação política da Bolívia.

Desde o ano passado, o presidente Evo Morales e a oposição estão em conflito em virtude da nova Constituição que o governo tenta implantar no país. Questões relacionadas à autonomia de regiões como Santa Cruz, Beni e Pando ajudam a acirrar os ânimos.



O presidente Garibaldi Alves recebeu, na quarta-feira passada, representantes do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos e debateu com eles, entre outros assuntos, um acordo de bitributação que está em estudo entre os dois países. Ainda em discussão pelas Receitas Federais do Brasil e dos Estados Unidos, quando chegar ao Senado, prometeu Garibaldi, o acordo será examinado em todos os seus detalhes.

Sede na UNE pode ser reconstruída

Um grupo de diretores da União Nacional dos Estudantes (UNE) de vários estados pediu o apoio de Garibaldi Alves à campanha “UNE de volta para Casa”, para reconstruir, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, a sede da entidade, destruída durante o regime militar. Os estudantes querem que o governo edite uma medida provisória para liberar créditos para a reconstrução.

Ministro da Saúde visita Garibaldi

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defendeu a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que define a aplicação de percentuais mínimos de recursos em ações e serviços públicos de saúde pela União, estados e municípios. A emenda é regulamentada por substitutivo de Augusto Botelho (PT-RR) a projeto (PLS 121/07) de Tião Viana.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino de Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa

e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Cirurgia plástica também envolve riscos

A cirurgia plástica com objetivos estéticos envolve todos os riscos de qualquer intervenção cirúrgica, como reações adversas à anestesia ou aos medicamentos, resultados insatisfatórios e imperícia do médico, por exemplo. Só no Distrito Federal o Ministério Público registra cerca de 500 denúncias de erro médico por ano, muitas relativas a cirurgias plásticas. Veja nesta edição como diminuir o risco e o que fazer em caso de suspeita de erro médico.

Exija centro cirúrgico em hospital com UTI

Como a cirurgia plástica não é paga por planos de saúde nem feita em hospitais públicos, que têm a responsabilidade de certificar a capacidade técnica dos médicos, o paciente deve ter o máximo cuidado ao escolher o profissional. Veja as dicas:

✓ Não procure profissional sem referência de outro médico, de familiares etc.

✓ Verifique na Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) se o médico tem registro - www.cirurgioplastica.org.br/publico/regionais.cfm. Ao contrário de outras áreas, em que o médico pode atuar sem uma formação específica, o cirurgião plástico deve ter pelo menos dois anos de formação em cirurgia geral e um ano em cirurgia plástica. O registro na SBCP certifica que esse treinamento foi feito.

✓ Verifique também, no Tribunal de Justiça do seu estado, se há processos por erro médico contra o profissional.

✓ Fuja do profissional que:

- não fala dos riscos e problemas envolvidos - toda cirurgia tem riscos, cicatrizes, dificuldades no pós-operatório;

- garante resultados - como cada pessoa reage de uma maneira ao procedimento e aos medicamentos, é impossível ter certeza de que a parte do corpo operada vai ficar exatamente da forma desejada. Em nenhuma hipótese o médico deve fazer projeções visuais em computador mostrando quais serão os resultados;

- diga que tudo pode ser resolvido com cirurgia - em

muitos casos, por mais que a pessoa deseje, a cirurgia não é indicada;

- ofereça próteses - médicos não podem vender esse tipo de material e o paciente tem o direito de receber orientação de como e onde comprá-los;

- financie a cirurgia - é expressamente proibido pela SBCP.

✓ Em hipótese nenhuma aceite que:

- a cirurgia com anestesia seja feita em consultório ou clínica sem unidade de tratamento intensivo (UTI) - as anestésias que podem ser feitas em consultório médico são as que não afetam o sistema nervoso central, semelhantes às permitidas aos dentistas. No mínimo, o local da cirurgia deve ter ambulância equipada e pronta para socorro e remoção imediatos;

- o próprio cirurgião faça o trabalho do anestesista.

É comum o paciente procurar um médico que cobre menos pela cirurgia, sem perceber que essa economia só é possível quando não existem despesas com centro cirúrgico e anestesista em hospital com UTI. Ou seja, esse "menos" significa correr maior risco, inclusive de morte.

✓ Não faça cirurgia plástica sem recibo, ainda que fique mais cara. Peça recibo sempre.

✓ Peça para ver e assinar o consentimento para a cirurgia (documento obrigatório) num momento em que possa lê-lo com critério, e não na fase de preparação para entrada no centro cirúrgico.

Cuidado com as expectativas: o médico não faz milagres

Um dos maiores problemas na relação paciente-cirurgião plástico é a frustração causada pela elevada expectativa do paciente. Para saber exatamente o que foi contratado, peça ao médico para gravar em vídeo todos os detalhes: onde será feita a intervenção (indicando o local no seu

corpo), com que objetivos, quais os resultados esperados e os riscos envolvidos. Essa medida tanto resguarda o paciente como o médico, já que também há registro de muitos processos que resultam de expectativas exageradas e não atendidas dos pacientes, e não de erro do médico.



Cirurgião plástico usa aparelho para sugar gorduras abdominais de paciente em hospital de São Paulo

Médico, hospital e convênio podem ser responsáveis por erro

O erro médico pode ocorrer por uma ou mais das três situações:

Negligência: o profissional de saúde não atua da forma exigida pela situação. Age com descuido, indiferença ou desatenção, não tomando as devidas precauções.

Imprudência: o profissional atua sem cautela ou de forma precipitada, tomando atitude diferente da recomendada para aquela situação ou usando técnica proibida.

Imperícia: o profissional age com inaptidão ou ignorância porque não tem qualificação técnica ou conhecimentos básicos da profissão.

Hospitais públicos e privados e planos de saúde têm o dever de certificar-se de que os profissionais de saúde detêm a formação e a capacidade técnica necessárias para fazer o seu trabalho, e de oferecer instalações, equipamentos e materiais adequados ao correto atendimento dos pacientes. Em caso de erro médico, hospitais, convênios, cooperativas (os hospitais privados contratam cada vez mais cooperativas de médicos) e profissionais de saúde têm responsabilidade:

Penal - o paciente tem até seis meses, contados a partir do momento em que suspeitou do erro (esse prazo é improrrogável), para fazer a denúncia numa delegacia de polícia ou diretamente ao Ministério Público, a

quem cabe a decisão de abrir o processo.

Civil - o paciente tem até três anos para procurar um advogado ou a defensoria pública e entrar com o processo civil, contra o profissional e/ou instituição, solicitando indenização.

Ética - o paciente deve procurar o Conselho Regional de Medicina do seu estado e fazer a denúncia.

Administrativa (apenas no sistema público de saúde) - o paciente pode entrar com processo administrativo, solicitando punição para o profissional que cometeu o erro.

Esses processos não estão vinculados e podem ter resultados totalmente diferentes.

Os primeiros passos

✓ Em caso de lesão corporal (problema causado no organismo do paciente por erro médico): o primeiro passo é conseguir a cópia do prontuário no hospital (o paciente e sua família têm esse direito - artigo 70 do Código de Ética Médica). É importante juntar também todos os resultados de exames, relatórios médicos etc.

✓ Em caso de morte: a família deve registrar ocorrência na delegacia, para que o corpo seja encaminhado para perícia do Instituto Médico Legal. Se esse exame não for feito, dificilmente o Ministério Público abrirá processo.

Fazer acordo pode ser melhor que abrir processo

Diáulio Ribeiro, procurador do Ministério Público do Distrito Federal, alerta: mesmo que os danos sejam muitas vezes grandes e irreparáveis, a melhor alternativa em relação ao erro médico pode ser a de fazer um acordo. "Em muitos casos é possível obter uma reparação que atenda ao paciente sem enveredar pela ação criminal, que, embora possa até condenar o profissional, muitas vezes não traz a reparação de que o paciente necessita", afirma.

Veja a lista com os endereços e telefones dos ministérios públicos estaduais na página: cdij.pgr.mpf.gov.br/outros-sites/ministerios-publicos-estaduais/

Saiba mais

Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica
Rua Funchal, 129 - conjunto 21º
Vila Olímpia
São Paulo (SP) - CEP 04551-060
(11) 3044-0000
www.cirurgioplastica.org.br
Direitos do paciente
Veja no Especial Cidadania de 9/8/2004 (Edição 40) mais sobre seus direitos na relação com os profissionais e instituições de saúde, inclusive endereços e telefones - www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/index.htm

